



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



MENSAGEM Nº 175/2009

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Tenho a honra de submeter, à apreciação dessa egrégia casa Câmara Municipal, o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a peça orçamentária para o exercício financeiro de 2010, em cumprimento ao disposto no artigo 165 da Constituição Federal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e Lei nº 4.320/64.

O Projeto de Lei ora encaminhado foi elaborado de acordo com os programas de governo estabelecidos no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo assim o princípio do equilíbrio orçamentário, bem como todas as alterações ocorridas na estrutura orçamentária, advindas de Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e demais legislações vigentes.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e consideração.

Pato Branco, 30 de setembro de 2009

Atenciosamente,


Roberto Viganó
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - PR
Protocolo Geral - 30-Set-2009-15:42-004977-2/2



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



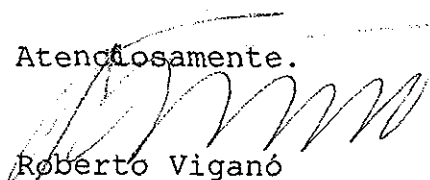
Ofício nº 615/2009/GP

Pato Branco, 30 de setembro de 2.009

Senhor Presidente:

Encaminhamos através deste, Proposta Orçamentária do Município de Pato Branco, no valor de R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais), para o exercício vindouro de 2.010.

Atenciosamente.


Roberto Viganó
Prefeito Municipal

Ao Senhor
Guilherme Silvério
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco
Pato Branco-Pr.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



PROJETO DE LEI Nº 227/2009

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2010, nos termos do art. 165 parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal L.C. nº 101/00 e Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo:

I – o orçamento fiscal;

II – o orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

SEÇÃO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita total estimada compreende os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO.

1.1. RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária.....	20.116.000,00
Receita de Contribuições.....	2.728.215,00
Receita Patrimonial.....	933.000,00
Receita de Serviços.....	931.800,00
Transferências Correntes.....	95.767.600,00
Outras Receitas Correntes.....	12.550.670,00
(-) Dedução – Restituições.....	-10.000,00
(-) Dedução-Descontos Concedidos	-10.000,00
(-) Dedução para o FUNDEF.....	-10.720.000,00

SOMA..... 122.287.285,00

1.2. RECEITAS DE CAPITAL

Alienação de Bens 100.000,00

SOMA..... 100.000,00

TOTAL..... 122.387.285,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



§ 2º A legislação e os resumos das receitas estão demonstrados na forma do que dispõe o Anexo I.

SEÇÃO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º As despesas do Orçamento Fiscal, do Município de Pato Branco e da Companhia de Mineração de Pato Branco, estão fixadas em R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

I – o orçamento fiscal.....	122.187.285,00
II – o orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco	200.000,00
TOTAL.....	122.387.285,00

Art. 4º O resumo geral da despesa será demonstrado na forma do Anexo II.

SEÇÃO III DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º As receitas estão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2009 (base de correção relativa a 30 de junho de 2009).

§ 1º As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras estão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2009.

§ 2º. Os valores das receitas e despesas poderão ser atualizados no decorrer da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência; cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

SEÇÃO IV DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS E AJUSTES NAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe a, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio, destinar os recursos estabelecidos no Art. 9º da Lei Municipal nº 3.201/09, programados na dotação orçamentária 05.06.99.9999999.2.999, elemento de despesa 9.9.99.99.99 - Reserva de Contingência, à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais e os consignados no elemento de despesa 9.9.99.99.99 - Reserva de Contingência, à abertura de créditos adicionais, atendidas as formas estabelecidas na forma do artigo 7º, desta lei.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Art. 7º Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2010, no que couber:

I – Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programadas em outras despesas correntes e de capital custeadas com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre fontes de recurso no mesmo Projeto ou Atividade.

II - As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

III – A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF.

Art. 8º Fica Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2010, até o limite de 20% (trinta por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários para atender despesas com publicidade de serviços, obras e campanhas, programação financeira – 3.3.90.39.88, até o limite de R\$ 320.000,00 (cento e cinquenta mil reais) anuais.

Art. 10. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.

SEÇÃO V DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art. 11. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Municipal nº 3.201/09 podendo, para tanto, realizar operações de crédito por antecipação da receita, observadas às normas legais vigentes.

Art. 12. No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei, o Poder Executivo estabelecerá a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso.



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, disponibilizará e encaminhará à Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando, por projeto/atividade, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos Fiscal e próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco S.A.

Art. 14. A compatibilidade da programação orçamentária com as metas financeiras definidas na Lei nº 3.201/09 esta demonstrada no Anexo III;

Art. 15. A relação dos precatórios judiciais apresentados até o dia 01 de julho do corrente exercício, cuja programação esta orçada na dotação 05.06.28.843.0016.0.002 elemento de despesa 46.90.91 para os precatórios inscritos em dívida fundada e 05.06.28.846.0016.0.003 elemento de despesa 31.90.91 esta demonstrada no Anexo IV.

Art. 16. As origens e aplicações dos recursos seguridade social destinadas ao atendimento dos serviços da saúde, previdência e assistência social, cujo detalhamento constará das programações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria Municipal de Assistência Social, estão sintetizadas nos Anexos V, VI e VII, em Anexo.

Art. 17. Esta Lei contempla recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º. Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão ser autorizados por meio de lei específica.

§ 4º. Ficam vedadas emendas e alterações à presente Lei, que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.


Roberto Viganó
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO

Câmara Mun de Pato
Fls. 03
Branco, 6

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 222/2009

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores.

Em obediência às disposições Constitucionais e pelo que estabelece o artigo 95, da Lei Orgânica do Município Pato Branco-PR., submetemos à apreciação dessa egrégia casa Câmara Municipal, a Proposta Orçamentária deste Município, para o exercício financeiro de 2.010, que estima a receita e fixa a despesa em R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais), conforme detalhamento:

RECEITAS

A Receita da Prefeitura prevista por Categorias Econômicas:

I - RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO.

1. RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária.....	20.116.000,00
Receita de Contribuições.....	2.728.215,00
Receita Patrimonial.....	933.000,00
Receita de Serviços.....	931.800,00
Transferências Correntes.....	95.767.600,00
Outras Receitas Correntes.....	12.550.670,00
(-) Dedução – Restituições.....	-10.000,00
(-)Dedução – Desc.Concedidos	-10.000,00
(-) Dedução para o FUNDEF.....	-10.720.000,00
SOMA.....	122.287.285,00

2. RECEITAS DE CAPITAL

Alienação de Bens.....	100.000,00
SOMA.....	100.000,00

TOTAL..... 122.387.285,00

3 - RECEITAS DE RECOLHIMENTO DESCENTRALIZADO

COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO S.A

Receitas Correntes.....	200.000,00
TOTAL.....	200.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



4 - RESUMO DA RECEITA

Receitas Correntes.....	122.287.285,00
Receitas de Capital.....	100.000,00
TOTAL.....	122.387.285,00

DESPESAS

I - ORÇAMENTO FISCAL

Despesas Correntes.....	104.291.765,00
Despesas de Capital.....	17.590.051,78
Reserva de Contingência.....	305.468,22
TOTAL.....	122.187.285,00

II - ORÇAMENTOS DESCENTRALIZADOS

1. COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO

Despesas Correntes.....	199.500,00
Reserva de Contingência.....	500,00
TOTAL.....	200.000,00
TOTALGERAL.....	122.387.285,00

III - GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA

3-Despesas Correntes

1 Pessoal e Encargos Sociais.....	43.798.120,30
2 Juros e Encargos da Dívida.....	160.000,00
3 Outras Despesas Correntes.....	60.533.144,70
TOTAL.....	104.491.265,00

4-Despesas de Capital

4 Investimentos.....	11.388.500,00
5 Inversões Financeiras.....	2.170.000,00
6 Amortização da Dívida.....	4.031.551,78
TOTAL.....	17.590.051,78

9-Reserva de Contingência

7 Reserva de Contingência.....	305.968,22
TOTAL.....	305.968,22

TOTALGERAL.....	122.387.285,00
------------------------	-----------------------



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



As despesas por órgãos estão assim programadas

	VALOR
0100 – Câmara Municipal.....	3.900.000,00
0200 – Governo Municipal.....	1.049.000,00
0300 – Assessorias.....	1.009.000,00
0400 – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.....	3.815.000,00
0500 – Secretaria Municipal de Finanças.....	9.060.020,00
0600 – Secretaria Mun. Eng. Obras e Serviços Públicos.....	13.795.215,00
0700 – Secret. Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer..	26.119.550,00
0800 – Secretaria Municipal de Saúde.....	42.097.000,00
0900 – Secretaria de Ação Social e Cidadania.....	5.795.500,00
1000 – Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Tecnológ...	3.636.000,00
1100 – Secretaria Municipal de Agricultura.....	4.300.000,00
1200 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente.....	7.385.000,00
1300 – Coordenaria do Procon.....	181.000,00
1400 – Administração Distrital – São Roque do Chopim.....	45.000,00
1500 – Companhia de Mineração de Pato Branco.....	200.000,00
TOTAL GERAL.....	122.387.285,00

Demonstrativo da Despesa por Funções

	VALOR
01 – Legislativa	3.900.000,00
02 – Judiciária.....	459.000,00
04 – Administração.....	14.550.100,00
06 – Segurança Pública.....	277.000,00
08 – Assistência Social.....	5.663.500,00
10 – Saúde.....	41.974.000,00
11 – Trabalho.....	615.000,00
12 – Educação.....	22.982.700,00
13 – Cultura.....	1.327.850,00
14 – Direitos da Cidadania.....	181.000,00
15 – Urbanismo.....	3.294.200,00
16 – Habitação.....	470.000,00
17 – Saneamento.....	4.074.000,00
18 – Gestão Ambiental.....	4.461.000,00
19 – Ciência e Tecnologia.....	695.000,00
20 – Agricultura.....	440.000,00
22 – Indústria.....	1.510.000,00
23 – Comércio e Serviços.....	706.000,00
25 – Energia.....	3.075.715,00
26 – Transporte.....	2.238.700,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



27 - Desporto e Lazer.....	1.689.000,00
28 - Encargos Especiais.....	7.497.551,78
99 - Reserva de Contingencia.....	305.968,22
TOTAL GERAL.....	122.387.285,00

Demonstrativo da Despesa por Subfunções

	VALOR
031 - Ação Legislativa.....	3.900.000,00
062 - Defesa Interesse Publico no Judiciário.....	459.000,00
122 - Administração Geral.....	15.099.100,00
123 - Administração Financeira.....	774.500,00
124 - Controle Interno.....	172.000,00
127 - Ordenamento Territorial.....	230.000,00
128 - Formação de Recursos Humanos.....	1.466.000,00
129 - Administração de Receitas.....	482.500,00
131 - Comunicação Social.....	550.000,00
182 - Defesa Civil.....	277.000,00
241 - Assistência ao Idoso.....	149.000,00
243 - Assistência a Criança e ao Adolescente.....	1.762.500,00
244 - Assistência Comunitária.....	3.752.000,00
301 - Atenção Básica.....	9.051.000,00
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial.....	24.648.000,00
303 - Suporte Profilático e Terapêutico.....	2.702.300,00
304 - Vigilância Sanitária.....	604.700,00
305 - Vigilância Epidemiológica.....	744.000,00
306 - Alimentação e Nutrição.....	427.000,00
333 - Empregabilidade.....	130.000,00
334 - Fomento ao Trabalho.....	485.000,00
361 - Ensino Fundamental.....	20.895.700,00
364 - Ensino Superior.....	50.000,00
365 - Educação Infantil.....	1.378.000,00
366 - Educação de Jovens e Adultos.....	42.000,00
367 - Educação Especial.....	190.000,00
391 - Patrimonio Histórico, Artístico	20.000,00
392 - Difusão Cultural.....	1.307.850,00
422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	181.000,00
451 - Infra-Estrutura Urbana	2.714.000,00
452 - Serviços Urbanos.....	270.200,00
453 - Transportes Coletivos Urbanos.....	310.000,00
482 - Habitação Urbana.....	470.000,00
511 - Saneamento Básico Rural.....	150.000,00
512 - Saneamento Básico Urbano.....	3.924.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



541 - Preservação e Conservação Ambiental.....	2.043.000,00
542 - Controle Ambiental.....	1.858.000,00
543 - Recuperação de Áreas Degradadas.....	460.000,00
544 - Recursos Hídricos.....	100.000,00
571 - Desenvolvimento Científico.....	200.000,00
572 - Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia.....	480.000,00
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico.....	15.000,00
602 - Promoção da Produção Animal.....	130.000,00
605 - Abastecimento.....	50.000,00
606 - Extensão Rural.....	260.000,00
661 - Promoção Industrial.....	1.460.000,00
662 - Produção Industrial.....	50.000,00
691 - Promoção Comercial.....	406.000,00
695 - Turismo.....	300.000,00
752 - Energia Elétrica.....	3.075.715,00
781 - Transporte Aéreo.....	100.000,00
782 - Transporte Rodoviário.....	2.138.700,00
812 - Desporto Comunitário.....	1.689.000,00
841 - Refinanciamento da Dívida Interna.....	210.000,00
843 - Serviço da Dívida Interna.....	3.981.551,78
846 - Outros Encargos Especiais.....	3.306.000,00
999 - Reserva de Contingência.....	305.968,22
TOTAL GERAL.....	122.387.285,00

A receita arrecadada no período de janeiro a junho do exercício de 2009 atingiu o montante de R\$ 54.388.068,41 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e oitenta e oito mil, sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), e a despesa empenhada o total de R\$ 54.858.260,74 (cinquenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e sessenta reais e setenta e quatro centavos), gerando um déficit de R\$ 470.192,33 (quatrocentos e setenta mil, cento e noventa e dois reais e trinta e três centavos), causado pelo fato de que houve no período a autorização para início de diversas obras oriundas de convênios, sendo que os valores destes ainda não foram creditados nos cofres do Município, sendo desta forma suportados pelo ente municipal até que haja compensação dos supra citados valores.

Com o objetivo de maximizar a arrecadação própria, foram despendidos esforços na cobrança de IPTU, ISS e Dívida Ativa. No período de janeiro a junho de 2009, o valor arrecadado com IPTU foi de R\$ 2.568.143,67 (dois milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, cento e quarenta e três reais e sessenta e sete centavos), com ISS R\$ 2.412.676,36 (dois milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), e Dívida Ativa R\$ 825.904,02 (oitocentos e vinte e cinco mil, novecentos e quatro reais e dois centavos).



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Na busca do equilíbrio entre receitas arrecadadas e despesas empenhadas, semelhantemente aos procedimentos adotados no presente exercício, foram estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, medidas de programação financeira, com objetivo de adequar a execução das prioridades governamentais à capacidade de arrecadação.

O orçamento foi elaborado atendendo as ações desenvolvidas com ensino (art. 212) da CF 88, aplicando no mínimo 25% e de ações e serviços públicos de saúde (art. 198, § 2º, III), da CF 88, mínimo 15% , dos impostos e transferências constitucionais.

Na certeza da habitual atenção de Vossas Excelências, ao ensejo, renovamos protestos de estima e consideração.

Pato Branco, 30 de setembro de 2009

Atenciosamente,

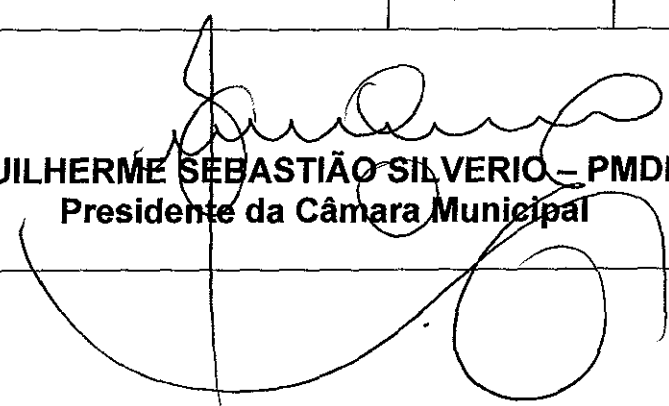

Roberto Viganó
Prefeito Municipal



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

RECEBI CÓPIA DO PROJETO DE LEI Nº 227/2009, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010.

VEREADOR (A)	DATA	ASSINATURA
ARILDE TEREZINHA BRUM LONGHI – PRB	05/10/09	<i>Arilde Longhi</i>
CLAUDEMIR ZANCO – PPS	13/10/09	<i>ClauDEMIR Zanco</i>
LAURINDO CESA – PSDB	05/10/09	<i>Laurindo Cesa</i>
LUIZ AUGUSTO SILVA – DEM	05-10-09	<i>Luiz Augusto Silva</i>
NELSON BERTANI – PDT	13/10	<i>Nelson Bertani</i>
OSMAR BRAUN SOBRINHO – PR	5/10/09	<i>Osma Braun</i>
VALMIR TASCA – DEM	13/10/09	<i>Valmir Tasca</i>
VILMAR MACCARI – PDT	13/10-2009	<i>Vilmar Maccari</i>
WILLIAM CEZAR POLLONIO MACHADO – PMDB	05/10/09	<i>William Cezar</i>
<div> GUILHERME SEBASTIÃO SILVERIO – PMDB Presidente da Câmara Municipal</div>		

DIÁRIO DO SUDOESTE

O JORNAL DA NOSSA GENTE

QUARTA-FEIRA, 30 DE SETEMBRO DE 2009 | ANO XXIV | NÚMERO 4697 | EDIÇÃO REGIONAL | R\$ 2,00

Prefeitura quer elevar em 5% a previsão orçamentária para 2010

Pedro Rodrigues Neto

Pato Branco - A prefeitura quer aumentar em 5% sua previsão orçamentária para 2010. A informação é do secretário de planejamento e vice-prefeito de Pato Branco, Daniel Catani. O valor estimado é de algo em torno de R\$ 122 milhões. A estimativa é de que em 2009 essa estimativa fecha em R\$ 1117 milhões. Catani explica que o pedido foi encaminhado hoje para a Câmara de Vereadores. O pedido irá tramitar nas comissões da Casa para avaliação.

Segundo o vice-prefeito a elevação do orçamento é uma medida que será calçada pelo recolhimento de tributos inseridos na dívida ativa. Para isso a prefeitura pretende criar uma campanha para resgatar dívidas tributárias oferecendo vantagens aos contribuintes que pagarem suas contas à vista. A elevação do recurso será revertido, segundo a prefeitura, na manutenção das obras já em andamento.

Além disso existe a prioridade de novos investimentos na educação e na saúde. "Não que-



Catani e seu assessor Kleberson Malagi; contas e previsões para elevar o orçamento

remos deixar de manter os investimentos que estão acima do limite mínimo sugerido - 15% e 25% respectivamente - para isso estamos ampliando nossa previsão", esclareceu Catani. O vice-prefeito disse ainda que o orçamento municipal é apertado e cortes estão sendo feitos para enxugar a máquina pública. Não é descartada a possibilidade de cortes de cargos em comissionados, no entanto Catani não quis entrar em detalhes de quando e onde o corte irá acontecer.

Além disso a administração afirma cortar gastos em outras áreas. Nesse caso a economia acontece no combustível, material de escritório, telefones e outros bens de consumo e serviços. Daniel Catani disse ainda que hoje a prefeitura trabalha num limite de gastos em virtude dos investimentos e convênios firmados pela atual administração. Segundo ele, para 2010 a prioridade é continuar cortando gastos. "Somente com o Fundo de Participação dos Municípios tivemos uma perda de R\$ 1 milhão para os cofres da prefeitura", concluiu.

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

SÁBADO, 5 DE DEZEMBRO DE 2009 | ANO XXIV | NÚMERO 4752 | EDIÇÃO REGIONAL

Semana da Cultura Evangélica acontece em Pato Branco

Luís Veras Filho

Pato Branco - Desta segunda-feira e até o próximo sábado acontecerá em Pato Branco a Semana da Cultura Evangélica, evento que acontece todo ano durante a Semana da Bíblia, comemorada em todo o Brasil.

Dentro da programação alusiva à Semana da Cultura Evangélica, nesta segunda-feira haverá um show na avenida Tupy, em frente ao posto Tigrão, com a banda gospel Opus Dei, de estilo gaúcho. A apresentação terá início às 20h.

Durante toda a semana, de terça a sábado, das 9h às 17h, na Praça Presidente Vargas, em frente ao Café da Praça, estará armada um tenda onde estarão pastores, pastoras e corpo de obreiros das igrejas evangélicas dando atendimento espiritual e aconselhamento cristão para a população. Conforme revelou o pastor Marcos Campos, da Igreja Evangélica O Brasil para Cristo, paralelamente "será distribuído gratuitamente material evangélico, como bíblias, panfletos, revistas, enfim, tudo que leva a palavra de Deus". A comemoração será encerrada na noite do sábado, dia 12, às 20h, com a Banda das Igrejas apresentando um grande show, também em frente ao posto Tigrão.

Participação

Participarão da organização e efetivação da Semana da Cultura Evangélica as igrejas da Associação dos Pastores Evangélicos de Pato Branco, entre elas: Igreja O Brasil para Cristo (pastor Marcos Campos); Igreja Metodista (pastor Dauró); Igreja Comunidade Cristã Vida para os Povos (pastor Elizeu

Batiston); 1ª Igreja do Evangelho Quadrangular (pastor Nivaldo); 2ª Igreja do Evangelho Quadrangular (pastor Evandro); 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular (pastor José Paulo); 4ª Igreja do Evangelho Quadrangular (Pastor Detone); 5ª Igreja do Evangelho Quadrangular pastora Gecy Lopes); 7ª Igreja do Evangelho Quadrangular (pastor Valdir Duarte); Igreja Casa da

Oração (pastor Claudio Balbino); Igreja Batista Betel (pastor Jamil); 1ª Igreja Batista Independente (pastor Paulo Sérgio); Igreja Assembleia de Deus Renascer (pastor Josué Marino); Comunidade Batista Dunamis (pastor Jurandir Holube); Igreja Irmãos Menonita (pastor Paulo Maia); Igreja Assembleia de Deus Renascer Ministério Missão (pastor Isaac Marino);

Igreja Assembleia de Deus El Shaddai (pastor Valdecir); 1ª Igreja Batista de Pato Branco (pastor Hary); Igreja Batista Celebrai a Esperança (pastor Vasco); e Assembleia de Deus de Madureira do Rio Grande do Sul (pastor Edir Oliveira).

A associação

Pastor Campos revelou que "a Associação dos Pastores Evangélicos de Pato Branco tem como finalidade de obedecer à oração do Senhor Jesus. Ele versou em João, capítulo 17, versículo 21, onde ele orou sobre a unidade da Igreja". Ele acrescentou que os pastores das 26 igrejas evangélicas que fazem parte da associação se reúnem e se unem para estabelecer objetivos, como orar pela cidade, pelas autoridades, pelo comércio, pelas famílias. "Com essa união o fardo fica mais leve", ilustrou. Campos revelou que as 26 igrejas reúnem aproximadamente 12 mil fiéis, mas que ainda há cerca de 6.000 pessoas que vão aos cultos acompanhando familiares.

O pastor Campos finalizou deixando registrado o convite "para toda a população participar, independentemente da religião seguida, pois o mais importante é a finalidade do evento: aproximar as pessoas de Deus".



Campos disse que a finalidade do encontro é aproximar as pessoas de Deus



Assessoria Contábil

P A R E C E R

Busca o Executivo Municipal através do **Projeto de Lei nº.227/2009**, o apoio do douto Plenário desta Casa de Leis, para aprovar Projeto que **Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Pato Branco, para o Exercício de 2010**, num valor total de R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e cinco reais).

O Orçamento Público há muito deixou de ser peça de natureza contábil e cada vez mais vem se tornando um instrumento efetivo de controle da sociedade sobre as finanças públicas.

O orçamento anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO. Lei essa que exprime em termos financeiros entre outros, a alocação dos recursos públicos, instrumento anual de que dispõem a Administração, para planejar e executar os seus planos de desenvolvimento a longo, médio e curto prazo.

O orçamento é a peça mais importante da Administração Pública.

Nele estão os programas e projetos de um governo que, ao distribuir entre os vários órgãos o dinheiro arrecadado dos cidadãos, define suas prioridades.

A lei orçamentária anual (LOA) estima as receitas que o executivo espera arrecadar durante o ano e fixa os gastos a serem realizados com tais recursos.

As despesas, para serem realizadas, devem estar autorizadas na lei orçamentária anual.

Para sua elaboração o orçamento deve obedecer a certos parâmetros e princípios básicos a serem seguidos para elaboração e controle que estão expressamente definidos pela Constituição Federal, pela Lei Federal nº. 4320/64 e suas alterações, bem como pela Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF).

A Lei nº. 4.320/64 em seu art. 2º estabelece os fundamentos da transparência orçamentária:

"Art. 2º. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios da unidade, universalidade e anualidade".



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



O artigo 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal determina três requisitos adicionais para a Lei Orçamentária, quais sejam:

I – Conterá em anexo, demonstrativos da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;

II – Será acompanhado do demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia, bem como das medidas de compensação a renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III – Conterá reserva de contingência, tal como definido na LDO, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

E para atingir os objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária, principalmente atendendo o art.8º, o projeto em apreço estima a receita da seguinte forma:

➤ Receitas Correntes	R\$	122.287,285,00
➤ Receitas de Capital	R\$	100.000,00
Perfazendo um total de	R\$	122.387,285,00

E fixa a despesa no Orçamento Fiscal e no Orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco, ficando expresso da seguinte forma:

➤ Orçamento Fiscal	R\$	122.187.285,00
➤ Companhia de Mineração de Pato Branco	R\$	200.000,00
Perfazendo um total de	R\$	122.387.285,00

A Lei Municipal nº 3.153, de 23 de abril de 2009, determina em seu art.1º, inciso III, que o prazo de encaminhamento da proposta orçamentária anual para discussão, análise e aprovação pelo Poder Legislativo Municipal será até o dia 15 de outubro de cada ano. O projeto em análise foi protocolado no dia 30 setembro, portanto dentro do prazo legal.

DESPESAS FIXAS COM PESSOAL

Tendo por base uma Receita Corrente Líquida prevista para 2010 de R\$ 122.287.285,00 (cento e vinte e dois milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais) com relação às despesas com pessoal e encargos previstos ficou assim fixado:



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



- **Executivo** – R\$ 43.798.120,30 (quarenta e três milhões, setecentos e noventa e oito mil, cento e vinte reais e trinta centavos), 34,07% da RCL, que conforme disciplina a Lei Complementar nº. 101 o limite é 54%;
- **Legislativo** – R\$ 2.130.000,00 (dois milhões cento e trinta mil reais), 1,74% da RCL, quando o disciplinado pela Lei Complementar é de até 6%.

DESPESAS FIXADAS PARA A SAÚDE

Os valores previstos com gastos em saúde totalizam R\$ 42.097.000,00 (quarenta e dois milhões e noventa e sete mil reais) que indicam um percentual de 34,40% sobre o total previsto para o orçamento de 2010.

DESPESAS FIXADAS PARA A EDUCAÇÃO

Os gastos com educação ficaram fixados em R\$ 23.102.700,00 (vinte e três milhões cento e dois mil e setecentos reais), 18,88% sobre o total do orçamento para 2010.

DESPESAS FIXADAS PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os valores a serem gastos com Assistência Social foram fixados em R\$ 5.795.500,00 (cinco milhões setecentos e nove e cinco mil e quinhentos reais), 4,74% sobre o total do orçamento para 2010.

PRECATÓRIOS

Destacamos que os precatórios inscritos até 1º de julho de 2009, perfazendo um total de R\$ 4.664.364,75 (quatro milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) sendo 3,81% do total do Orçamento para 2010.

Ao analisar a matéria a Comissão deverá observar que só poderão ser aprovadas as emendas que sejam compatíveis com a L.D.O - Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o P.P.A - Plano Plurianual, nos termos do parágrafo 3º do inciso I, II e III do artigo 166 da Constituição Federal que assim determina:

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

"Art. 166 ...- § 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;*
- b) serviço da dívida;*
- c) transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal; ou*

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões; ou*
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei”.*

Recomendamos a Comissão de Finanças e Orçamento que observa o artigo 8º do projeto de Lei em apreço, pois existe divergência quando ao limite ali estipulado para abertura de créditos adicionais suplementares do Poder Legislativo Municipal. Tendo como base a LDO do exercício financeiro de 2010, Lei Municipal nº 3.201 de 13 de julho de 2009, artigo 38 o artigo 8º deve assim vigorar:

Art. 8º. Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2010, até o limite de **20% (vinte por cento)** do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Valorizando o princípio da transparência e atendendo o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 48 parágrafo único, deverá ser realizada Audiência Pública para discussão da proposta orçamentária em apreço, com objetivo de levar ao conhecimento e discussão da população através das organizações da sociedade organizada os valores que serão executados para o próximo exercício.

Somos de **PARECER FAVORÁVEL** à tramitação normal da matéria por encontrar-se dentro do que disciplina a Legislação em vigor.

É o nosso parecer, S.M.J.

Pato Branco, 13 de outubro de 2008.


Márcia Regina Zanoelo
CO/PR nº. 027.823/O-3
Assessoria Contábil



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



EVOLUÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

EVOLUÇÃO DA RECEITA

Ano	Receita Executada	% de Evolução
1994	6.125.237,61	0,00
1995	11.392.371,34	85,99
1996	16.727.313,64	46,83
1997	16.241.381,57	-2,91
1998	29.496.374,27	81,61
1999	30.971.150,16	5,00
2000	34.158.692,95	10,29
2001	35.871.831,64	5,02
2002	39.100.288,00	9,00
2003	46.607.303,00	19,20
2004	56.993.377,98	22,28
2005	60.786.879,23	6,66
2006	65.761.729,70	8,18
2007	73.538.305,58	11,83
2008	87.204.390,67	18,58
2009	105.063.148,52	20,48
2010	122.387.285,00	16,49

***2009-Base 2º Quadrimestre 2009**

***2010-Base Proposta Orçamentária**

EVOLUÇÃO DA DESPESA

Ano	Despesa Executada	% de Evolução
1994		
1995		
1996	16.855.827,84	0,00
1997	18.529.406,40	9,93
1998	21.195.079,47	14,39
1999	20.176.855,74	-4,80
2000	33.037.026,16	63,74
2001	33.271.605,45	0,71
2002	38.114.203,31	14,55
2003	46.422.953,44	21,80
2004	53.590.128,18	15,44
2005	60.001.294,82	11,96
2006	67.113.760,17	11,85
2007	69.596.178,27	3,70
2008	85.518.129,13	22,88
2009	114.816.798,57	34,26
2010	122.387.285,00	6,59



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

OBJETIVO: "DISCUTIR SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 227/2009, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2010"

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de novembro de 2009, com início às 19 horas e 30 minutos, realizou-se no Plenário da Câmara Municipal de Pato Branco, Audiência Pública com o objetivo de discutir o projeto de lei nº 227/2009, mensagem nº 175/2009, enviado a esta Casa de Leis através do ofício nº 615/2009/GP, assinado pelo Prefeito Roberto Viganó, recebido no dia 30 de setembro de 2009, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010 – orçamento municipal, no valor de R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e cinco reais). A Audiência Pública foi realizada em cumprimento ao art. 48, parágrafo único da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal. Presentes na sessão, o Vereador Osmar Braun Sobrinho - PR, Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, vereadores Arilde Terezinha Longhi - PRB, Claudemir Zanco - PPS, Laurindo Cesa - PSDB, Luiz Augusto Silva - DEM, Nelson Bertani - PDT, Valmir Tasca - DEM, Vilmar Maccari - PDT e William Cezar Pollonio Machado - PMDB. O Vereador Guilherme Sebastião Silverio - PMDB estava ausente. Compareceram também os secretários municipais e diretores de departamentos: Secretário Municipal de Finanças, Mauro José Sbarain; Secretário Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, Vlademir José Dal’Ross; Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, Júlio César Heberle Lattmann, Secretário Municipal de Saúde, senhor Valmir Luiz Chiochetta, Assessor de Assuntos Legislativos, senhor Carlinho Antonio Polazzo e demais participantes conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos, o presidente Osmar Braun Sobrinho, saudou a imprensa e os presentes. Lembrou que os vereadores Osmar Braun Sobrinho - PR, Valmir Tasca - DEM e William Cezar Pollonio Machado - PMDB, são membros da Comissão de Orçamento e Finanças no ano de 2009 e, é esta comissão que recebe as emendas e emite parecer referente a matéria. Em seguida, destacou que o objetivo da Audiência Pública é assegurar a participação popular, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, que diz que "A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos". O presidente Osmar Braun Sobrinho lamentou a pouca participação popular, destacando que foi publicado convite para a audiência pública no Jornal Diário do Sudoeste, no dia 18 de novembro de



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

2009. Destacou que é necessário ter responsabilidade na elaboração do orçamento, para que os investimentos sejam aproveitados da melhor maneira possível pela comunidade e informou que o Projeto de Lei nº 227/2009, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco para o exercício financeiro de 2010, encontra-se disponível para consulta na *homepage* da Câmara Municipal: www.camarapatobranco.com.br. Dando continuidade aos trabalhos, o senhor Cleverson Malagi, da Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Pato Branco, fez uma apresentação geral do Orçamento Municipal para o ano de 2010. O orçamento foi dividido para cada Secretaria e Órgãos do Governo como segue: Câmara Municipal de Pato Branco corresponde R\$ 3.900.000,00; Governo Municipal R\$ 1.049.000,00; Assessorias R\$ 1.009.000,00; Secretaria Municipal de Administração e Planejamento R\$ 3.815.000,00; Secretaria Municipal de Finanças R\$ 9.060.020,00; Secretaria Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos R\$ 13.795.215,00; Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer R\$ 26.119.550,00; Secretaria Municipal de Saúde R\$ 42.097.000,00; Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania R\$ 5.795.500,00; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico R\$ 3.636.000,00; Secretaria Municipal de Agricultura R\$ 4.300.000,00; Secretaria Municipal de Meio Ambiente R\$ 7.385.000,00; Coordenadoria do Procon R\$ 181.000,00; Administração Distrital - São Roque do Chopim R\$ 45.000,00; Companhia de Mineração de Pato Branco R\$ 200.000,00. Totalizando R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e cinco reais). Após a explanação inicial foi deixado espaço aberto para discussão. O vereador Valmir Tasca - DEM, questionou se o aumento previsto com a arrecadação de IPTU e ITBI, caso o projeto de lei complementar nº 5/2009, seja aprovado, está previsto no orçamento. Solicitou que o Secretário Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, Vlademir José Dal Ross comentasse as emendas enviadas pelo Executivo ao Projeto de Lei nº 227/2009, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010. Manifestou-se o Secretário Municipal de Engenharia, Obras e Serviços Públicos, Vlademir José Dal Ross, respondendo o questionamento do vereador Valmir Tasca - DEM, que devido as enchentes, precisará fazer um estudo hidrológico para melhorias, desta forma, foram ajustados os valores para que sobrassem R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para realizar o referido estudo. O vereador Nelson Bertani - PDT questionou sobre a quantidade de emendas apresentadas ao projeto de lei em discussão. O presidente Osmar Braun Sobrinho - PR, respondeu o questionamento do vereador Nelson Bertani - PDT, afirmando serem seis emendas. O vereador Luiz Augusto Silva - DEM, comentou o Art. 5º e Art. 8º do Projeto de Lei nº 227/2009, questionando o aumento com gasto de pessoal em 20% (vinte por cento) e a redução no investimento em 22% (vinte e dois por cento). Questionou também os programas de recursos externos que a Prefeitura de Pato Branco recebe e sobre o valor orçado pelo ESTAR - Estacionamento Regulamentado e Rotativo. O



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, senhor Júlio César Heberle Lattmann, informou ao vereador Luiz Augusto Silva - DEM, que a resposta ao seu questionamento será enviada através de ofício. O vereador Laurindo Cesa - PSDB solicitou explicações sobre o orçamento da Secretaria Municipal de Finanças, pois é o quarto maior orçamento proposto no projeto de lei em discussão. O Secretário Municipal de Finanças, Mauro José Sbarain, respondendo ao questionamento do vereador Laurindo Cesa - PSDB, disse que grande parte do orçamento da Secretaria Municipal de Finanças é para pagamento de precatórios. O vereador Luiz Augusto Silva - DEM, questionou sobre os valores da dívida ativa apresentados. O Vice-prefeito de Pato Branco, senhor Daniel Cattani, em resposta ao vereador Luiz Augusto Silva - DEM, afirmou que a inadimplência referente ao IPTU é grande no Município de Pato Branco. Após as considerações finais, o presidente Osmar Braun Sobrinho - PR, agradeceu a presença e a participação de todos. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada presente audiência pública. Lavramos a presente ata que depois de lida, será assinada pelos de competência.

Pato Branco, 23 de novembro de 2009

Osmar Braun Sobrinho - PR
Presidente Com. de Orç. e Finanças

Valmir Tasca - DEM
Relator Com. de Orç. e Finanças

William Cezar Pollonio Machado - PMDB
Membro da Com. de Orç. e Finanças

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

QUARTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2009 | ANO XXIV | NÚMERO 4737 | EDIÇÃO REGIONAL



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO Estado do Paraná



O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Vereador Guilherme Sebastião Silverio, juntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe o art. 48, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convida para a audiência pública que será realizada às 19h30min (dezenove horas e trinta minutos), do dia 23 de novembro de 2009, nas dependências da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Araribóia, 491, em Pato Branco - Paraná.

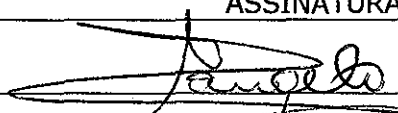

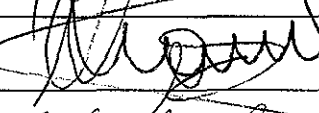
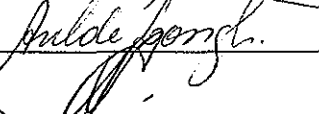
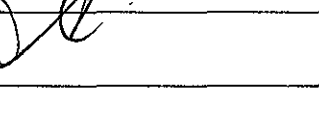
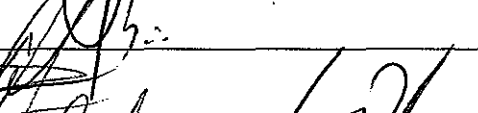


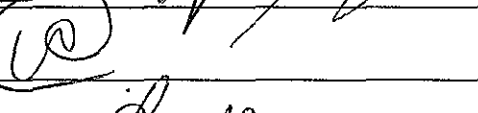
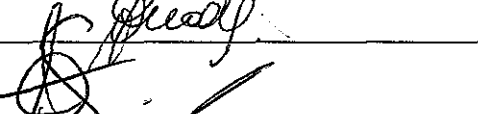


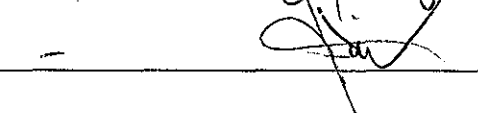

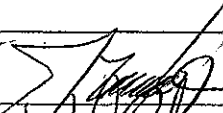

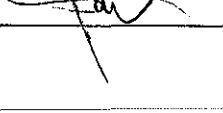
Na ocasião será debatido o projeto de lei nº 227/2009, de 30 de setembro de 2009, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco, exercício financeiro de 2010.

Câmara Municipal de Pato Branco - Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

**Audiência Pública realizada às 19 horas e 30 minutos,
do dia 23 de novembro de 2009.**

**ASSUNTO: Debater o projeto de lei nº 227/2009, que estima a
receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco, para o
exercício financeiro de 2010 – Orçamento para 2010 – R\$
122.387.285,00**

NOME	ASSINATURA
MÁRCIA REGINA ZANON	
WILLIAM BECKER WACHHOLZ	
DANIEL CATTANI	
Cleudson Malz	
Julde Longhi	
Alessandro Camargo	
Carlinho S. Kolz	
VLADIMIR DA ROCHA	
Claudinei Pereira	
Claudemir Farias	
Julio P.H. Lettmann	
LACINIO CESAR	
Vanessa Casaradei	
Lucas Chade de Rocha	
Antonio Leal Soares	
Robinson Benardini	
MARCO JOSÉ STARNIN - Pref.	
VALMIR WIL CHIOCHETTA - SMS -	
Luiz Fernando Schuchowski -	

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

Estado do Paraná



O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Vereador Guilherme Sebastião Silverio, juntamente com a Comissão de Orçamento e Finanças, conforme dispõe o art. 48 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), convida para a audiência pública que será realizada as 19h30min (dezenove horas e trinta minutos), do dia 23 de novembro de 2009, nas dependências da Câmara Municipal de Pato Branco, localizada na Rua Arariboia, 491, em Pato Branco - Paraná.

Na ocasião será debatido o projeto de lei n° 227/2009, de 30 de setembro de 2009, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

SÁBADO, 19 DE DEZEMBRO DE 2009 | ANO XXIV | NÚMERO 4764 | EDIÇÃO REGIONAL



Orçamento 2010 é aprovado em R\$ 122 milhões

Pedro Rodrigues Neto

Pato Branco - Passado o turbulento processo eleitoral da Câmara Municipal de Pato Branco os trabalhos foram retomados pela mesa diretora na tarde de ontem. Em sessão extraordinária foi aprovado o orçamento municipal para 2010 no valor de R\$ 122 milhões.

O montante foi aprovado após o vereador Tasca (DEM), segundo secretário da Câmara e relator do projeto de orçamento apresentar os dados pedidos pela oposição. O relatório com as estimativas de arrecadação de IPTU e ITBI também foram entregues, no entanto o vereador que solicitou tal prestação de contas não estava presente na sessão de ontem.

Guto Silva (DEM) havia cobrado um parecer técnico do Executivo sobre as razões para elevação da previsão orçamentária em mais de 16%, além é claro da estimativa de arrecadação do IPTU e ITBI. O vereador, assim como o bloco de oposição, queria saber a real expectativa do executivo para a arrecadação do ITBI. "Os números foram apresentados, lamentamos a ausência do requerente vereador Guto Silva (DEM) nesta sessão", disse Bertani.

Números

O relator, vereador Valmir Tasca, apresentou os números estimados pela prefeitura. Segundo o relator três momentos distinguem a elaboração do projeto. Os dados referentes ao IPTU mostravam que na primeira apresentação a estimativa de arrecadação era de R\$ 6,5 milhões, na segunda foram reduzidos para R\$ 5,5 milhões e na terceira repassados para R\$ 5,073 milhões.

No orçamento final o projeto apresentava um valor de R\$ 4,9 milhões em esti-

mativa de arrecadação, valor 24% menor do que o apresentado na primeira projeção. Considerado insuficiente, o montante foi mais uma vez corrigido e aprovado em R\$ 5,073 milhões.

Já sobre o ITBI, a estimativa de arrecadação mostra uma redução para R\$ 2,4 milhões no recolhimento do imposto. A previsão era de que esse valor fosse de R\$ 2,8 milhões, no entanto os novos cálculos apresentados pela prefeitura mostraram uma queda de quase meio milhão menor.

Oposição

contra-argumenta

Procurado pela reportagem, o vereador Guto Silva disse que faltou a sessão de ontem por ter outros compromissos pré-agendados. "Essa votação era pra ter acontecido na quinta-feira, mas foi adiada para ontem. Não tive como ir, mas tomei conhecimento dos dados e

informações e certamente, se estivesse presente eu votaria favorável", explicou.

Já o vereador William Machado (PMDB) disse que os valores do ITBI, como foram apresentados, demonstram que a redução da alíquota do tributo de 2% para 1% em nada iria prejudicar o orçamento. "Como foram apresentados os números é visível que a redução do ITBI pra 1% seria viável", explicou.

Machado disse ainda que na apresentação do IPTU, a estimativa de valores está dentro dos padrões aceitáveis. "Mas vale lembrar que haverá aumento do IPTU e que será progressivo", concluiu.

ORÇAMENTO 2010

Oposição quer justificativa para aumento na estimativa de arrecadação

Pedro Rodrigues Neto

Pato Branco – A bancada de oposição na Câmara Municipal de Pato Branco promete esquentar o debate de votação que define o orçamento municipal para 2010, estimado em R\$ 122 milhões. Posto em discussão na noite de ontem, quando passou em primeira votação, o projeto poderia ter entrado em pauta sem maiores atenções, reservando as discussões sobre detalhes da redação para a segunda votação. Mas não foi o que aconteceu.

Oposição e situação travaram um embate técnico e político com argumentações acaloradas. O vereador e líder do governo na Câmara, Nelson Bertani (PDT) e o vereador e presidente do Democratas local, Guto Silva, divergiram durante boa parte da sessão. Willian Machado (PMDB) também fez sua parte e exigiu parecer técnico que justificasse tal aumento no orçamento que para 2009 foi previsto em R\$ 105 milhões.

Por conta disso, a oposição quer que o prefeito Roberto Viganó (PDT) esclareça de onde virão os recursos que elevam a previsão orçamentária em mais de R\$ 10 milhões para o ano que vem. Para os vereadores os valores estão superestimados e por isso pedem um parecer técnico que demonstre com clareza a origem dos recursos e suas estimativas. “Estamos em um ano eleitoral, momento em que as emendas de deputados e senadores já não serão mais enviadas. Também não vemos aumentos expressivos na arrecadação de impostos”, exemplificou Guto Silva.

Desta forma, a oposição teme que o município gere um déficit milionário. “Há alguns anos estamos trabalhando no limite e elevando nossa previsão orçamentária. É preciso avaliar o risco de assumir uma estimativa tão alta e não conseguir cumprir criando uma dívida aos cofres públicos”, opinou o vereador Guto Silva.

Guto e Willian Machado foram além e questionaram a arrecadação do ITBI e IPTU, tributos polêmicos desde a aprovação da planta genérica de valores na semana passada. Eles pedem que a prefeitura apresente a estimativa de arrecadação do ITBI, assim como apresentou a do IPTU, para que, segundo eles, a Casa trabalhe as claras com a previsão orçamentária.

O vereador Nelson Bertani tomou a frente do governo e contra-argumentou a oposição dizendo que não havia como mensurar a arrecadação do ITBI – imposto cobrado no ato de transações de compra e venda de imóveis – alegando que seria impossível mostrar quantos imóveis seriam vendidos no ano que vem. Não foi o suficiente e os vereadores insistiram na apresentação das estimativas. “Isso é conversa de oposição, vamos trazer todos os esclarecimentos para a próxima votação”, disse Bertani ao término da sessão.

Emenda retirada

A curiosidade dos vereadores de



Guto e Bertani em debate acalorado durante a primeira votação do orçamento de 2010

oposição foi estimulada após uma emenda ser retirada do projeto orçamentário. O relator do projeto, Valmir Tasca (DEM), informou que um erro na emenda comprometia o processo e por isso seria retirada. Acontece que entre outras informações a tal emenda trazia uma previsão de arrecadação do ITBI.

A retirada da emenda não agradou a oposição que bateu o pé e pediu que o executivo trouxesse o projeto as claras para que fosse votado sem problemas. "Na semana passada questionamos a redução do ITBI de 2% para 1%. Eles disseram que daria queda na arrecadação, agora retiram uma emenda que sugere uma arrecadação de R\$ 3 milhões no ITBI? Quer dizer, se for isso mesmo nós confirmamos o aumento de 100% no valor da taxa e provamos que a redução era possível", disparou Guto Silva na plenária.

Mais uma vez Bertani contra-argumentou e usou o discurso da oposição contra ela mesma. "Não há como manter uma previsão assim. Você (Guto) mesmo disse na semana passada que a elevação do ITBI faria com que o número de vendas e transferências de lotes e imóveis caísse. Como vamos garantir que vai subir se vocês mesmos dizem que pode cair", devolveu o vereador.

Adequação e cautela

Mesmo com todas as discussões o projeto deve passar, a muito custo

e discussão, na segunda votação, essa marcada para amanhã. A expectativa é de que a previsão seja readequada. A princípio será discutido a manutenção do valor global R\$ 122 milhões, mas muitos vereadores falam em R\$ 121 milhões já que a Planta Genérica foi aprovada.

Mesmo assim a oposição promete ficar em cima do Executivo no próximo ano. Isso porque eles afirmam que todas as secretarias entrarão o ano com "gorduras" adicionais, ou seja, recursos a mais que o necessário. Para a oposição o problema é que uma vez aprovado, o orçamento fica nas mãos do Executivo e com uma sobre de R\$ 10 milhões o uso deste dinheiro fica a critério do prefeito que não precisará pedir aval dos vereadores para gastá-lo. "É muito delicado porque esse dinheiro poderá ou não ser usado. Se for, o Executivo não precisa pedir autorização aos vereadores. O ideal seria diminuir a previsão, mas somos apenas quatro, eles são seis. Não passa", lamentou a vereadora Arilde Longhi (PRB).

Para o líder do governo não há razões para preocupação. "O Executivo sempre trabalhou com responsabilidade e as claras. Não há razões para se preocupar, tudo será administrado com responsabilidade. Mas faz parte da oposição questionar e fazer esse jogo", concluiu Bertani.

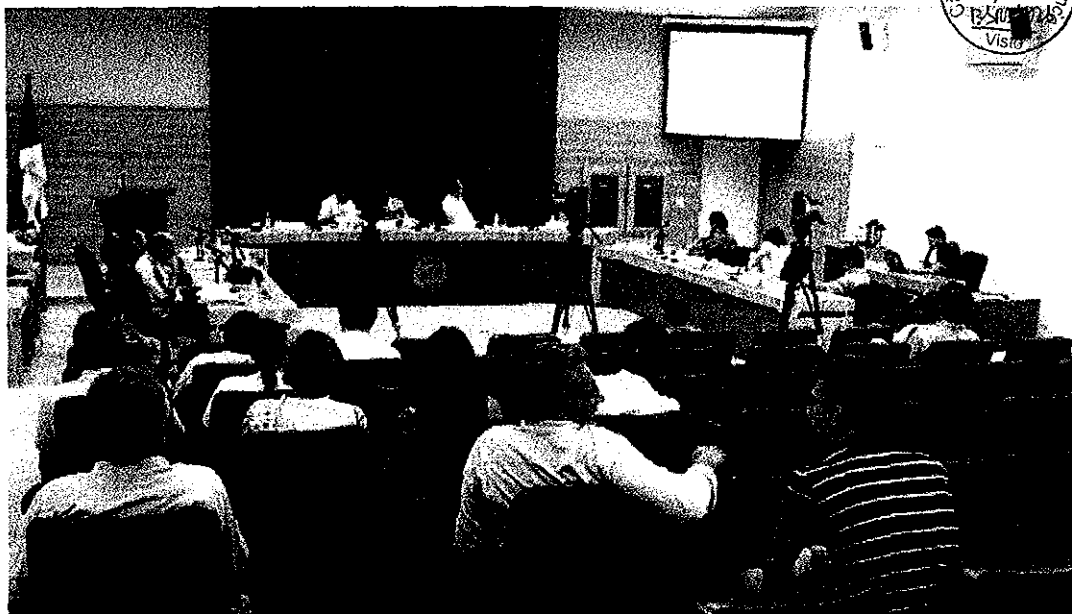
Proposta orçamentária de 2010 deve crescer R\$ 8,5 milhões

Dalana Pasquim

Pato Branco - De R\$ 113.797.698,39 em 2009 para R\$ 122.387.285,00 em 2010. O crescimento no orçamento de um ano para o outro é natural. A maior parcela desses R\$ 8,5 milhões de crescimento de um ano para o outro dizem respeito à correção da inflação (5%), ao aumento de arrecadação do IPTU (ainda em trâmite na Câmara Municipal), no crescimento do repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). O projeto de lei 227/2009 está em trâmite na Câmara Municipal desde o final de setembro e na noite desta segunda-feira, uma audiência pública debateu o PL que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco para o exercício financeiro de 2010 em R\$ 122.387.285,00.

O projeto tem 249 páginas e quem quiser conhecer a Proposta Orçamentária do Município para 2010 pode fazer o download no site da Câmara Municipal de Pato Branco ou pelo link direto: <http://www.camara-patobranco.com.br/media/site/arquivos/oupo2010.pdf>

O prefeito Roberto Viganó elencou como pretende aplicar a arrecadação a mais. "Uma coisa que temos que dar prioridade, além da saúde e da educação onde temos a percentagem certa para gastar, temos hoje que dar prioridade em arrumar as ruas de



Audiência pública nesta segunda-feira discutiu a proposta orçamentária de 2010, onde Câmara já apontou emendas

Pato Branco, mas temos que asfaltar principalmente onde passa o transporte coletivo. Gostaríamos que a arrecadação fosse maior ainda, pois tudo que aumenta vem em benefício dos pato-branquenses", comentou.

Questionado sobre o gasto extra que o

município está tendo em função do temporal e enchente do dia 27 de outubro, Viganó comentou que estão precisando fazer uma reforma geral na nova unidade de saúde, comprando novos móveis e que tudo está saindo dos cofres públicos. "Fizemos tudo em emergência e vamos gastar um bom dinheiro, mas acreditamos que no máximo na primeira quinzena de dezembro estará pronto. O prazo máximo para me entregar a reforma é dia 10, já estamos comprando todos os móveis, sofás e cadeiras novamente, pois já era tudo novo, mas a vigilância sanitária não aceita".

O secretário Municipal de Finanças, Mauro Sbarain explicou na prática de onde deve vir o aumento na arrecadação. O IPTU de 2009, a previsão total do ano é de R\$ 4,5 milhões, somado com a dívida ativa. Até este mês de outubro o município arrecadou R\$ 3,8 milhões com o imposto predial. A estimativa de arrecadação do IPTU para 2010 citada no orçamento é R\$ 4,7 milhões, mais a dívida ativa. Sbarain disse que essa estimativa de arrecadação ainda não foi baseada na nova planta genérica de valores, pois esta está ainda em discussão na Câmara. "Se a nova planta for aprovada os valores aumentam um pouco, mas o orçamento tinha que ser feito. Deve crescer mais R\$ 1,5 milhão, somados aos R\$ 4,7 milhões previstos". A nova planta de valores traz uma nova base de cálculo para o IPTU e o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e deve ultrapassar mais de R\$ 6,2 milhões. Se houver a mudança o município reajustará a proposta orçamentária fazendo um aditivo no ano que vem.

Sbarain também comenta sobre a melhora prevista na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e a correção da inflação, praticada em 5%. "Há previsão de crescimento no valor real mais 11%, porque o nosso índice subiu e mudou nossa posição na Amsop - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - na casa dos R\$ 2,5 milhões, mais a força inflacionária que a gente pesa em cima. Em 113 milhões, se jogar 5% em cima de inflação já soma R\$ 5,6 milhões. A estimativa de subir é por aí. Toda receita própria cresce R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões por ano". São consti-

deradas receitas próprias o ISSQN (Imposto sobre Circulação de Qualquer Natureza), o IPTU, a taxa de coleta do lixo, o FPM, o ICMS, entre outros.

Sbarain explica que o FPM vem de repasse do governo federal de forma per capita e o ICMS é fruto do trabalho feito o ano inteiro pelo Departamento de pessoal da tributação, informando o movimento financeiro de todas as empresas do comércio, indústria, produtos primários, agricultor. "A gente sempre faz esperando que aumente. No ano passado cresceu bem, mas vamos ver esse ano o que acontece. Logicamente não vai crescer sempre". O secretário municipal de Finanças disse que a saúde financeira do município está bem, apesar de todas as dificuldades do fechamento do ano. "Qualquer prefeito e governo quer fazer, e quem controla quer segurar para fechar as contas. É o processo natural", comentou. Quanto ao 13º salário do funcionalismo, por exemplo, 50% foi pago junto à folha de pagamento de junho, paga no começo de julho. A segunda parte vem até 20 de dezembro.

O presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, vereador Osmar Braun Sobrinho (PR), também vice-presidente da Câmara lembra que a proposta foi colocada para a comunidade de uma forma bastante clara e democrática. "A proposta orçamentária é essa, mas é claro que não deve chegar aos R\$ 122 milhões, pois sempre o realizado é menos que o previsto. Houve lá algumas emendas, a comunidade opinou na medida do possível, pena que não foi a participação que nós imaginávamos, foi pequena, mas fizemos a nossa parte colocando à disposição". O vereador contou que o projeto deve ser votado daqui uns 15 dias e mais emendas ainda podem ser acrescentadas.

Braun antecipa que a Câmara Municipal certamente fará sessões extraordinárias após o recesso, que começa dia 15 de dezembro, tendo em vista que há votações de peso a serem feitas ainda. Além da proposta orçamentária, a nova planta de valores para dar base ao IPTU e ITBI 2010. "Teremos muito trabalho para que Pato Branco no próximo ano possa ter essa regulamentação pronta e executada".

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

QUARTA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO DE 2009 | ANO XXIV | NÚMERO 4743 | EDIÇÃO REGIONAL



Proposta orçamentária de 2010 deve crescer R\$ 8,5 milhões

Daiana Pasquim

Pato Branco – De R\$ 113.797.698,39 em 2009 para R\$ 122.387.285,00 em 2010. O crescimento no orçamento de um ano para o outro é natural. A maior parcela desses R\$ 8,5 milhões de crescimento de um ano para o outro dizem respeito à correção da inflação (5%), ao aumento de arrecadação do IPTU (ainda em trâmite na Câmara Municipal), no crescimento do repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). O projeto de lei 227/2009 está em trâmite na Câmara Municipal desde o final de setembro e na noite desta segunda-feira, uma audiência pública debateu o PL que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco para o exercício financeiro de 2010 em R\$ 122.387.285,00.

O projeto tem 249 páginas e quem quiser conhecer a Proposta Orçamentária do Município para 2010 pode fazer o download no site da Câmara Municipal de Pato Branco ou pelo link direto: www.camara-patobranco.com.br/media/site/arquivos/outros/po2010.pdf.

O prefeito Roberto Viganó elencou como pretende aplicar a arrecadação a mais. “Uma coisa que temos que dar prioridade, além da saúde e da educação onde temos a percentagem certa para gastar, temos hoje que dar prioridade em arrumar as ruas de Pato Branco, mas temos que asfaltar principalmente onde passa o transporte coletivo. Gostaríamos que a arrecadação fosse maior ainda, pois tudo que aumenta vem em benefício dos pato-branquenses”, comentou.

Questionado sobre o gasto extra que o

município está tendo em função do temporal e enchente do dia 27 de outubro, Viganó comentou que estão precisando fazer uma reforma geral na nova unidade de saúde, comprando novos móveis e que tudo está saindo dos cofres públicos. “Fizemos tudo em emergência e vamos gastar um bom dinheiro, mas acreditamos que no máximo na primeira quinzena de dezembro estará pronto. O prazo máximo para me entregar a reforma é dia 10, já estamos comprando todos os móveis, sofás e cadeiras novamente, pois já era tudo novo, mas a vigilância sanitária não aceita”.

O secretário municipal de Finanças, Mauro Sbarain explicou na prática de onde deve vir o aumento na arrecadação. O IPTU de 2009, a previsão total do ano é de R\$ 4,5 milhões, somado com a dívida ativa. Até este mês de outubro o município arrecadou R\$ 3,8 milhões com o imposto predial. A estimativa de arrecadação do IPTU para 2010 citada no orçamento é R\$ 4,7 milhões, mais a dívida ativa. Sbarain disse que essa estimativa de arrecadação ainda não foi baseada na nova planta genérica de valores, pois esta, está ainda em discussão na Câmara. “Se a nova planta for aprovada os valores aumentam um pouco, mas o orçamento tinha que ser feito. Deve crescer mais R\$ 1,5 milhão, somados aos R\$ 4,7 milhões previstos”. A nova planta de valores traz uma nova base de cálculo para o IPTU e o ITBI (Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis) e deve ultrapassar mais de R\$ 6,2 milhões. Se houver a mudança o município reajustará a proposta orçamentária fazendo um aditivo no ano que vem.



Audiência pública nesta segunda-feira discutiu a proposta orçamentária de 2010, onde Câmara já apontou emendas

Sbarain também comenta sobre a melhora prevista na arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) e a correção da inflação, praticada em 5%. "Há previsão de crescimento no valor real mais 11%, porque o nosso índice subiu e mudou nossa posição na Amsop - Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - na casa dos R\$ 2,5 milhões, mais a força inflacionária que a gente pesa em cima. Em 113 milhões, se jogar 5% em cima de inflação já soma R\$ 5,6 milhões. A estimativa de subir é por aí. Toda receita própria cresce R\$ 1,5 milhão a R\$ 2 milhões por ano". São consideradas receitas próprias o ISSQN (Imposto sobre Circulação de Qualquer Natureza), o IPTU, a taxa de coleta do lixo, o FPM, o ICMS, entre outros.

Sbarain explica que o FPM vem de repasse do governo federal de forma *per capita* e o ICMS é fruto do trabalho feito o ano inteiro pelo Departamento de pessoal da tributação, informando o movimento financeiro de todas as empresas do comércio, indústria, produtos primários, agricultor. "A gente sempre faz esperando que aumente. No ano passado cresceu bem, mas vamos ver esse ano o que acontece. Logicamente não vai crescer sempre". O secretário municipal de Finanças disse que a saúde financeira do município está bem, apesar de todas as dificuldades do fechamento do ano. "Qualquer prefeito e governo quer fazer, e quem controla quer segurar para fechar as contas. É o processo natural", comentou. Quanto ao 13º salário do funcionalismo, por exemplo, 50% foi pago junto à folha de pagamento de junho, paga no começo de julho. A segunda parte vem até 20 de dezembro.

O presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, vereador Osmar Braun Sobrinho (PR), também vice-presidente da Câmara lembra que a proposta foi colocada para a comunidade de uma forma bastante clara e democrática. "A proposta orçamentária é essa, mas é claro que não deve chegar aos R\$ 122 milhões, pois sempre o realizado é menos que o previsto. Houve lá algumas emendas, a comunidade opinou na medida do possível, pena que não foi a participação que nós imaginávamos, foi pequena, mas fizemos a nossa parte colocando à disposição". O vereador contou que o projeto deve ser votado daqui uns 15 dias e mais emendas ainda podem ser acrescentadas.

Braun antecipa que a Câmara Municipal certamente fará sessões extraordinárias após o recesso, que começa dia 15 de dezembro, tendo em vista que há votações de peso a serem feitas ainda. Além da proposta orçamentária, a nova planta de valores para dar base ao IPTU e ITBI 2010. "Teremos muito trabalho para que Pato Branco no próximo ano possa ter essa regulamentação pronta e executada".



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO **ESTADO DO PARANÁ**

COMISSÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 227/2009

Busca o Executivo Municipal através do projeto de Lei nº 227/2009, obter o apoio do douto Plenário desta Casa Legislativa, para aprovar o projeto que Estima Receita e Fixa a Despesa do Município de Pato Branco, para o exercício de 2010, no valor total de R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

O Orçamento Público há muito tempo deixou de ser peça de natureza contábil e cada vez mais vem se tornando um instrumento efetivo de controle da sociedade sobre as finanças públicas.

O Orçamento anual visa concretizar os objetivos e metas propostas no Plano Plurianual –PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes orçamentárias –LDO, para que a Administração Pública possa planejar e executar os seus planos de desenvolvimento a longo, médio e curto prazo.

A Comissão de Orçamentos e Finanças recebeu e 11 (onze) emendas dentro do prazo previsto, sendo 08 (oito) de proposição dos vereadores, 01 (uma) do executivo a qual segue anexa, sendo esta proposta apresentada pela comissão de orçamentos e finanças para atender o pleito do Executivo Municipal, e 01 (uma) apresentada pela mesa diretora relativa ao Legislativo Municipal, além destas emendas a comissão de orçamentos e finanças também apresentou 01 (uma) emenda modificativa para alterar a redação do art. 8º.

Das emendas apresentadas apenas uma não foi acatada por se tratar de uma emenda que visa modificar a súmula do projeto 227/2009 com uma redução no valor global do orçamento para o exercício de 2010 mas, a emenda esta baseada com uma possível aprovação do projeto de lei 263/2009 que esta apenas tramitando na casa e portanto não é lei ainda não sendo possível acatar a referida emenda.

Ainda por fim a comissão de orçamentos e finanças conforme ofício nº 814/2009 do Gabinete do Senhor Prefeito Municipal datado de 15 de dezembro de 2009, face a aprovação da Nova Planta Genérica de Valores apresenta mais uma emenda modificativa adequando a receita em relação ao IPTU e ITBI.

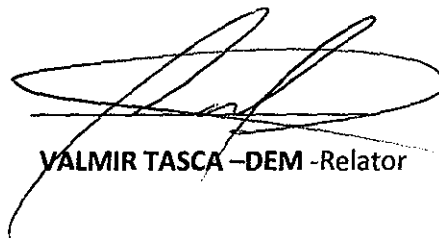
A matéria se encontra em conformidade com as normas que regem a matéria, com legislação específica no que for pertinente e com o que preceitua a Lei, razão pela qual após análise do referido projeto a Comissão de orçamentos e finanças emitiu **PARECER FAVORÁVEL** a sua tramitação e aprovação.

É o parecer, SMJ.

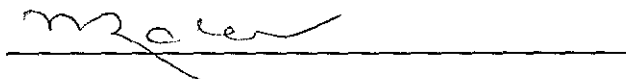
Pato Branco, Pr, 15 de dezembro de 2009.



OSMAR BRAUN SOBRINHO -PR -Presidente



VALMIR TASCA -DEM -Relator



WILLIAM CEZAR POLLÔNIO MACHADO- PMDB- Membro



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 02-Dez-2009-14:55-005621-1/1

Exmo Sr.

Guilherme Sebastião Silverio

Presidente Câmara Municipal de Pato Branco

O vereador infra-assinado, **Guto Silva – DEM**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer junto ao *Executivo Municipal*, através do departamento competente, no que diz respeito a Proposta Orçamentária Exercício de 2010, o exposto a seguir:

Porque houve uma redução de 22%(vinte e dois por cento) na Secretaria de Ação Social e Cidadania e um aumento de 58%(cinquenta e oito por cento) na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

No âmbito das Despesas Correntes, porque houve um aumento de 20%(vinte por cento) com Pessoal e Encargos Sociais.

No que diz respeito ao Orçamento Fiscal, porque houve uma redução na Despesa de Capital.

Solicita tais informações com amparo no princípio da publicidade da Administração Pública.

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 2 de Dezembro de 2009.


Guto Silva
Vereador – DEM



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo.Sr.
OSMAR BRAUN SOBRINHO
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

③

15.12.2009 - aprovada
por 9 votos a favor.

O vereador **Guto Silva - DEM**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emendas ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

Com base na Lei nº 3.201 de 13 de julho de 2009, *que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2010 e dá outras providências*, apresento Emenda Modificativa ao orçamento no sentido de atender o disposto na presente Lei.

EMENDA MODIFICATIVA:

Altera dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 19 de outubro de 2009.


Guto Silva
Vereador - DEM





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Proposta Orçamentária 2010

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão	07.00	SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, CUL. ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária	07.04	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
13.392.0040.2.103.000		Difusão de Cultura - eventos		
			Fonte	
3.3.90.39.00.00.- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA			01000	30.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão	07.00	SECRET. MUN. EDUCAÇÃO, CUL. ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária	07.04	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
13.392.0040.2.108.000		Manutenção do Departamento de Cultura		
			Fonte	
3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo			01000	-10.000,00
3.302.3.0043.2.127.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA			01000	-20.000,00





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo.Sr.
OSMAR BRAUN SOBRINHO
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

(4)
15. 12. 2009 - Aprobada
por 9 votos a favor

O vereador **Guto Silva - DEM**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emendas ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

Com base na Lei nº 3.201 de 13 de julho de 2009, *que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2010 e dá outras providências*, apresento Emenda Modificativa ao orçamento no sentido de atender o disposto na presente Lei.

EMENDA MODIFICATIVA:

Altera dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Meio Ambiente que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 19 de outubro de 2009.


Guto Silva
Vereador - DEM





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Proposta Orçamentária 2010

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária	12.02	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		
18.543.0033.2.077.000		Implementação e recuperação de áreas degradadas		
			Fonte	
3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			01511	10.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade Orçamentária	05.05	COORD. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
04.129.0015.2.019.000		Manutenção da Coordenadoria de Tributação e Fiscalização , Manter e Coordenar a tributação do Município.		
			Fonte	
3.3.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEITOS - P. JURÍDICA			01000	-10.000,00





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



5

Exmo.Sr.
OSMAR BRAUN SOBRINHO
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

15.12.2009 - aprovada
por 9 votos a favor.

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

EMENDA MODIFICATIVA:

Modifica valor da dotação orçamentária a Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Pato Branco, 19 de outubro de 2009.

Claudemir Zanco
Vereador - PPS





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Proposta Orçamentária 2010

MODIFICA A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ALTERANDO O VALOR DE R\$ 2.500,00 PARA R\$ 12.500,00

Órgão	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Unidade Orçamentária	08.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.122.0043.2. 158.000	Manter o Conselho de Entorpecentes		
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P.JURIDICA		12.500,00
	Manter o Conselho Municipal de Entorpecentes.		

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade Orçamentária	05.06	ENCARGOS GERAIS		
8.843.0016.0.002.000		Amortização da Dívida interna		
		Fonte		
3.6.90.91.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS		1000	10.000,00	


Claudemir Zanco
Vereador - RPS





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



(6)

15.12.2009 - Aprovada
por 9 votos a favor.

Exmo.Sr.

OSMAR BRAUN SOBRINHO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Departamento de Cultura, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Pato Branco, 19 de outubro de 2009.


Claudemir Zanco
Vereador - PPS





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



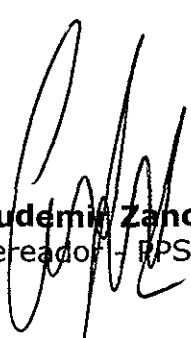
Proposta Orçamentária 2010

ACRESCE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR

Órgão	07.00	SECRET.MUN. EDUCACAO, CULTURA, ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária	07.04	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
13.392.0040.2.....	Incentivo a Cooperativa dos Artesãos de Pato Branco Manutenção do Departamento de Cultura fomentando a produção dos bens culturais, estimulando e apoiando os grupos culturais e artesãos, organizando o calendário oficial de eventos do município, os artistas e escritores locais e demais atribuições atinentes ao Departamento.			
3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO		1000	10.000,00
3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS—P.JURIDICA		1000	20.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade Orçamentária	05.06	ENCARGOS GERAIS		
8.843.0016.0.002.000	Amortização da Dívida interna		Fonte	
3.6.90.91.00.00.00 - SENTENCAS JUDICIAIS			1000	30.000,00


Claudemir Zanco
Vereador - PPS

Rua Ararigboia, 491

Fone: (46) 3224-2243

- 85505-030

- Pato Branco

- Paranáe-

mail: legislativo@wln.com.br





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



⑦

Exmo. Sr.

Osmar Braun Sobrinho

Presidente da Comissão de Orçamentos e Finanças

15.12.2009 - aprovada
por 9 votos a favor

Os vereadores infra-assinados **Valmir Tasca – DEM**, **Osmar Braun Sobrinho –PR** e **Willian Cesar Polonio Machado – PMDB**, membros da Comissão de orçamentos e finanças, no uso de suas atribuições legais e regimentais, apresentam para apreciação do duto plenário desta casa de leis, **EMENDA ADITIVA** ao Projeto de Lei nº 227/2009, que Estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco para o exercício de 2010.

EMENDA ADITIVA

Acresce dotação orçamentária a Secretaria de Engenharia Obras e Serviços Públicos, que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Proposta Orçamentária 2010

Acresce Dotações Orçamentárias e Valores

Órgão	06 Secret. Mun. Eng. Obras e Serv. Públicos		
Unidade Orçamentária	02 Departamento de Engenharia e Obras		
	Planejamento Urbano		
15.451.0018.2...	Contratação de Empresa especializada para realização de estudo hidrológico e apresentação de soluções para prevenção de alagamentos.		
		Fonte	
3.3.90.39 - Outros serviços de terceiro Pessoa Jurídica		1000	200.000,00





Câmara Municipal de Pato Branco

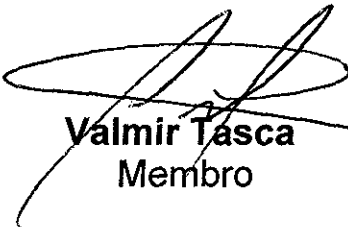
Estado do Paraná



Reduz Valores das Dotações orçamentárias abaixo indicadas

Órgão	06 Secr. De Engenharia Obras e Serviços Públicos		
Unidade Orçamentária	03 Departamento de Desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento		
Órgão	06 Secr. De Engenharia Obras e Serviços Públicos		
Unidade Orçamentária	04 Departamento de Serviços Rodoviários		
17.512.0019.1.005.000 -Ampliação de Rede de Esgoto			
20.782.0020.1.015.000 -Adquirir Maquinas Rodoviárias e Veículos			
		Fonte	
4.4.90.51 – Serviços Urbanos e Geoprocessamento		1000	100.000,00
4.4.90.52 - Manutenção dos Serviços Rodoviários		1000	100.000,00

Nestes termos, pede deferimento.
Pato Branco, 18 de outubro de 2009.


Valmir Tasca
Membro


Osmar Braun Sobrinho
Presidente


Willian G. P. Machado
Membro



15.12.2009 - *Aprovação*
por 9 votos a favor

Exmo. Sr.
Osmar Braun Sobrinho
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

8

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão, emendas ao **Projeto de Lei nº 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

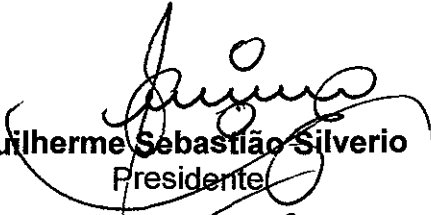
Com base na lei nº 3.007, de 22 de agosto de 2008, que institui a Semana Municipal de Cultura Evangélica (a ser comemorada na semana que antecede o Dia da Bíblia, no mês de dezembro), apresentamos emenda aditiva ao orçamento no sentido de atender o contido no artigo 4º da Lei citada, que compete ao Executivo Municipal o apoio institucional na divulgação e preservação da data.


EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Departamento de Cultura que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 19 de outubro de 2009.


Guilherme Sebastião Silverio
Presidente


Vilmar Maccari
Vereador



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Proposta Orçamentária 2010

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão	07.00	SECRET.MUN. EDUCACAO, CULTURA,ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária	07.04	DEPARTAMENTO DE CULTURA		
13.392.0040.0.002.....	Difusão da Semana da Cultura Evangélica - Eventos			
Difusão da Semana de Cultura Evangélica através da realização de eventos e promoções de divulgação da Semana Municipal da Cultura Evangélica atendendo o contido na Lei nº 3.007, de 22 de agosto de 2008.			Fonte	
3.3.90.39.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS—P. Jurídica			1000	30.000,00
3.3.90.30.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO			1000	20.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade Orçamentária	05.06	ENCARGOS GERAIS		
8.843.0016.0.002.000	Amortização da Dívida interna			
			Fonte	
3.6.90.91.00.00.00 - SENTENCAS JUDICIAIS			1000	50.000,00





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



LEI Nº 3.007, DE 22 DE AGOSTO DE 2008

Institui a Semana Municipal da Cultura Evangélica.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no Município de Pato Branco, a Semana da Cultura Evangélica, a ser comemorada na semana que antecede o Dia da Bíblia, no mês de dezembro.

Art. 2º A Semana Municipal da Cultura Evangélica, destina-se ao conagraçamento das igrejas evangélicas, independentemente da ordem denominacional protestante.

Art. 3º Competirá às Igrejas adotarem a Semana da Cultura Evangélica, para adicionarem em seu calendário de comemorações e festividades, a fim de que promovam a divulgação de seus trabalhos evangélicos, assim como manifestações artísticas e culturais.

Parágrafo único. Entende-se por trabalhos evangélicos e manifestações artísticas e culturais:

- I – apresentação de coral e músicos com arranjos de hinos de louvor e adoração;
- II – apresentação de show musical evangélico;
- III – apresentação de peças de teatro e demais encenações de temas bíblicos;
- IV – gincanas desportivas e intelectuais visando à integração de membros da igreja com a comunidade;
- V – feira do livro evangélico;
- VI – demais manifestações que não contraponham com os princípios cristãos evangélicos.

Art. 4º Competirá a Prefeitura Municipal o apoio institucional na divulgação e preservação da data.

Art. 5º Fica a cargo da ASPEP – Associação de Pastores Evangélicos de Pato Branco a elaboração da programação, que deverá ser apresentada a Prefeitura Municipal até 30 (trinta) dias de antecedência do evento.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Esta Lei decorre do Projeto de Lei nº 119/2008, de autoria do vereador Guilherme Sebastião Silverio.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 22 de agosto de 2008.


ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

Osmar Braun Sobrinho

Presidente da Comissão de Orçamentos e Finanças

(10)

15.12.2009 - aprovada
por 8 votos a favor e 1
voto contra. Votou contr
o vereador Nelson Britani

Os vereadores infra-assinados **Valmir Tasca – DEM,**
Osmar Braun Sobrinho –PR e Willian Cesar Polonio Machado –
PMDB, membros da Comissão de orçamentos e finanças, no uso de
suas atribuições legais e regimentais, apresentam para apreciação do
douto plenário desta casa de leis, **EMENDA MODIFICATIVA** ao Projeto
de Lei nº 227/2009, que Estima a receita e fixa a despesa do município
de Pato Branco para o exercício de 2010.

EMENDA MODIFICATIVA

Altera a redação do Art. 8º, do Projeto de Lei 227/2009, que
passa a vigorar com o seguinte teor:

Art. 8º - Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato
próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de
2010, até o limite de **20% (vinte por cento)** do total de seu orçamento,
através da abertura de créditos adicionais suplementares,

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 18 de outubro de 2009.


Valmir Tasca
Membro


Osmar Braun Sobrinho
Presidente


Willian C. P. Machado
Membro





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo.Sr.

OSMAR BRAUN SOBRINHO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

(11)

15.12.2009 - aprovada
por 3 votos a favor.

O vereador infra-assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

EMENDA ADITIVA:

Acresce dotação orçamentária a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Departamento de Ensino, que passa a vigor conforme quadro anexo.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Pato Branco, 19 de outubro de 2009.


Nelson Bertani
Vereador



Proposta Orçamentária 2010

ACRESCE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR

Órgão	07.00	SECRET.MUN. EDUCACAO, CULTURA,ESPORTE E LAZER		
Unidade Orçamentária	07.03	DEPARTAMENTO DE ENSINO		
12.365.039.1.000.000	Aquisição de Imóveis para Construção de Creche e Quadra de Esporte			
Aquisição de imóveis em bairro do Município para construção de uma creche e uma quadra de esporte ampliando o atendimento a crianças daquela região e oferecendo a jovens e adultos um espaço adequado para prática de esportes.				
4.5.90.61.00.00.00 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			1000	300.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão	05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS		
Unidade Orçamentária	05.06	ENCARGOS GERAIS		
8.843.0016.0.002.000	Amortização da Dívida interna			
			Fonte	
3.6.90.91.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS			1000	300.000,00

Exmo. Sr.
Osmar Braun Sobrinho
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

15.12.2009 - *aprovado*
por 5 votos a favor



(12)

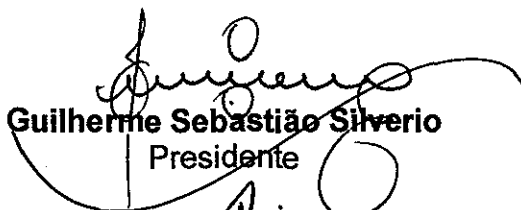
Os vereadores infra-assinados, membros da Mesa Diretora, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação dessa Comissão, emendas ao **Projeto de Lei nº 227/2009**:

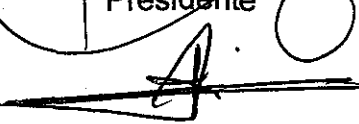
EMENDA MODIFICATIVA:


Modifica o contido no anexo I relativo a 01 – CÂMARA MUNICIPAL, que passa a vigorar conforme quadro anexo:

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 19 de outubro de 2009.


Guilherme Sebastião Silverio
Presidente


Osmar Braun Sobrinho
Vice-Presidente


Nelson Bertani
1º Secretário


Valmir Tasca
2º Secretário





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PLANO PLURIANUAL 2010/2013



		2010
1 - Legislativo		
31 - Ação Legislativa		
1 - Ação Legislativa		
2.133 - Manter as atividades Legislativas, do Presidente, Vereadores e Assessores		1.570.000,00
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil	950.000,00	
3.1.90.13.00.00 Obrigações patronais	210.000,00	
3.3.90.14.00.00 Diária - Pessoal Civil	60.000,00	
3.3.90.30.00.00 Material de consumo	40.000,00	
3.3.90.33.00.00 Passagens e despesas com locomoção	20.000,00	
3.3.90.36.00.00 Outros serviços de terceiros- p.física	25.000,00	
3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros-p.jurídica	90.000,00	
3.3.90.47.00.00 Obrigações tributárias e contributivas	3.000,00	
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e material permanente	172.000,00	
2.134 - Manter as atividades administrativas, financeiras e patrimoniais		1.660.000,00
3.1.90.11.00.00 Vencimentos e vantagens fixas-pessoal civil	675.000,00	
3.1.90.13.00.00 Obrigações patronais	160.000,00	
3.1.90.16.00.00 Outras despesas variáveis	50.000,00	
3.3.90.14.00.00 Diária - Pessoal Civil	40.000,00	
3.1.90.46.00.00 Auxílio alimentação	25.000,00	
3.3.90.30.00.00 Material de consumo	90.000,00	
3.3.90.33.00.00 Passagens e despesas com locomoção	15.000,00	
3.3.90.36.00.00 Outros serviços de terceiros- p.física	35.000,00	
3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros-p.jurídica	300.000,00	
3.3.90.47.00.00 Obrigações tributárias e contributivas	20.000,00	
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e material permanente	250.000,00	
2.135 - Criar e Manter a TV Câmara		100.000,00
3.3.90.30.00.00 Material de consumo	10.000,00	
3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros-p.jurídica	20.000,00	
4.4.90.52.00.00 Equipamentos e material permanente	70.000,00	
2.136 - Transmissão e Divulgação das Sessões Legislativas, Audiências Públicas e Outros		120.000,00
3.3.90.39.00.00 Outros serviços de terceiros-p.jurídica	120.000,00	
2.137 - Construir, manter, reformar e recuperar interna e externamente Edifício Legislativo		450.000,00
4.4.90.51.00.00 Obras e instalações	450.000,00	
TOTAL		3.900.000,00





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo.Sr.

OSMAR BRAUN SOBRINHO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

(13)
15.12.2009 - aprovada
por 9 votos a favor

O vereador **Guto Silva - DEM**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emendas ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

Com base na Lei nº 3.201 de 13 de julho de 2009, *que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2010 e dá outras providências*, apresento Emenda Modificativa ao orçamento no sentido de atender o disposto na presente Lei.

EMENDA MODIFICATIVA:

Altera dotação orçamentária a Secretaria de Ação Social e Cidadania que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 19 de outubro de 2009.


Guto Silva
Vereador - DEM





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Proposta Orçamentária 2010

MODIFICA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES PASSANDO PARA

Órgão	06.00	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E CIDADANIA		
Unidade Orçamentária	09.03	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI		
08.241.0024.1.57.000		Construção do Espaço da Melhor Idade		
			Fonte	
4.4.90.51.00.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	01511	350.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão	06.00	SECRET. MUN. ENG. OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS		
Unidade Orçamentária	06.03	DEPTO. DE DESENV. URBANOS E GEOPROCESSAMENT		
17.512.0019.1.005.000		Ampliação da rede de esgoto Ampliar a rede de esgoto de forma a atingir 100% Da população	Fonte	
4.4.90.51.00.00.00		OBRAS E INSTALAÇÕES	01511	750.000,00





Protocolo Geral -15-Dez-2009-16:49-00572-1/2
Camara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



15.12.2009 - *Recebida*
 a pedido do relator da
 Comissão de Finanças e
 Orçamento, vereador Valmir
 Tasca.

Exmo.Sr.

OSMAR BRAUN SOBRINHO**Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento**

Os vereadores infra-assinados, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emenda ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

Com base no ofício nº 814/2009/GP de 15 de dezembro de 2009, face ao projeto de lei complementar que atualiza a Planta Genérica de Valores do Município de Pato Branco, que fixa os valores dos terrenos e edificações para efeito de cobrança do IPTU e ITBI, altera o Anexo VII da Lei Complementar nº 007, de 26 de dezembro de 2.002 e dá outras providências, uma vez que haverá uma redução na receita estimada do IPTU e um acréscimo na receita de ITBI, no valor de R\$ 393.947,80 (trezentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos), fica alterada a receita para o exercício de 2010, tanto no PPA, quanto na LDO e na LOA a qual passa a vigorar conforme quadro abaixo:

EMENDA MODIFICATIVA:

1112.02.01-IPTU - Do Exercício Corrente Ao Quinto Exercício Anterior - 4.326.052,20

1112.08.01- ITBI - Do Exercício Corrente Ao Quinto Exercício Anterior - 3.143.947,80

Nestes Termos,
 Pede Deferimento.
 Pato Branco, 15 de dezembro de 2009.

Osmar Braun Sobrinho
 Presidente

Valmir Tasca
 Relator

William Cezar Pollonio Machado
 Membro





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



①

Exmo.Sr.

OSMAR BRAUN SOBRINHO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

O vereador **Guto Silva - DEM**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emendas ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

EMENDA MODIFICATIVA:

Modifica a redação do artigo 2º, do projeto de lei nº227/2009, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - A Receita total estimada compreende os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, já com as devidas deduções legais representa o montante de R\$122.087.285,00(cento e vinte dois milhões, oitenta e sete mil e duzentos e oitenta e cinco reais)".

Em consequencia da alteração acima, solicita a comissão de finanças e orçamento que requeira ao Executivo Municipal alterações nos demais itens componentes do Orçamento para readequações tanto na receita, quanto na despesas relativas ao exercício de 2010, motivado pelo Projeto de Lei nº263/2009, que **"DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO OU REMISSÃO DE IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO, DE IMÓVEIS EDIFICADOS ATINGIDOS POR ENCHENTES E ALAGAMENTOS NO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Nestes termos, pedem deferimento.
Pato Branco, 19 de Outubro de 2009.


Guto Silva
Vereador – DEM

*A COMISSÃO
NÃO ACEITA*

Maurício





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



②

Exmo.Sr.

OSMAR BRAUN SOBRINHO

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Substituída

R\$ 350.000,00

Emenda nº 12

O vereador **Guto Silva - DEM**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresenta para a apreciação dessa Comissão emendas ao **Projeto de Lei nº. 227/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

Com base na Lei nº 3.201 de 13 de julho de 2009, *que dispõe sobre ações prioritárias da Administração Pública Municipal, Funções e Subfunções de Governo, Metas e Riscos Fiscais, Diretrizes Gerais para Elaboração Financeira e Políticas de Fomento e desenvolvimento a serem executadas pelas administrações direta e indireta do Município de Pato Branco, no exercício de 2010 e dá outras providências*, apresento Emenda Modificativa ao orçamento no sentido de atender o disposto na presente Lei.

EMENDA MODIFICATIVA:

Altera dotação orçamentária a Secretaria de Ação Social e Cidadania que passa a vigorar conforme quadro anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 19 de outubro de 2009.


Guto Silva
Vereador - DEM





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Proposta Orçamentária 2010

ACRESCE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E VALORES

Órgão	09.00	SECRETARIA DE ACAO SOCIAL E CIDADANIA		
Unidade Orçamentária	09.03	COORD. DE ASSISTENCIA COMUNITARIA E FAMI		
08.241.0024.1.57.000		Construção do Espaço da Melhor Idade		
			Fonte	
4.4.90.51.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES			01511	400.000,00

REDUZ O VALOR ABAIXO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INDICADA

Órgão	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária	08.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.302.0043.2.125.000		Manutenção dos Serviços credenciados, contratados e conveniados desencadeados pelo Governo Federal		
			Fonte	
3.302.3.0043.2.127.000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - P. JURIDICA			01496	-400.000,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



9

Ofício nº 751/2009/GP

Pato Branco, 23 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Tem o presente a finalidade de encaminhar a esta colenda casa de leis, solicitação de inclusão de meta nos projetos de leis, apensos às mensagens 175/2009, 176/2009 e 177/2009, projetos estes que se encontram tramitando neste Legislativo Municipal e que dizem respeito ao planejamento orçamentário do Município de Pato Branco para o exercício de 2010.

Solicita-se que seja acrescida a seguinte meta no órgão e unidade abaixo:

Órgão 06. Secretaria de Engenharia Obras e Serviços Públicos.

Unidade. 02. Departamento de Engenharia e Obras

Função. 15. Urbanismo

Subfunção. 451. Infra-estrutura Urbana

Programa. 18. Planejamento Urbano

Meta. Contratação de empresa especializada para realização de estudo hidrológico e apresentação de soluções para prevenção de alagamentos.

Código: 3.3.90.39. Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica – R\$ 200.000,00

Para dar suporte ao supra citado, far-se-á a redução das seguintes rubricas:

Órgão 06. Secretaria de Engenharia Obras e Serviços Públicos.

Unidade. 03. Departamento de Desenvolvimento Urbano e Geoprocessamento

Função. 17. Saneamento

Subfunção. 512. Saneamento Básico Urbano

Programa. 19. Serviços Urbanos e Geoprocessamento

Meta. Ampliação da Rede de Esgoto

Código. 4.4.90.51 – R\$ 100.000,00

Código reduzido de Despesa. 189

- CONTINUA -

A Sua Excelência o Senhor
GUILHERMINE SEBASTIÃO SILVERIO
Presidente da Câmara Municipal
Pato Branco – PR

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral - 23-Nov-2009-15:40-005492-2/2





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Fls 2 do Ofício nº 751/2009-GP, de 23 de novembro de 2009.

Órgão 06. Secretaria de Engenharia Obras e Serviços Públicos.

Unidade. 04. Departamento de Serviços Rodoviários

Função. 20. Manutenção dos Serviços Rodoviários

Subfunção. 782. Transporte Rodoviário

Programa. 20. Manutenção dos Serviços Rodoviários

Meta. Adquirir Máquinas Rodoviárias e Veículos

Código. 4.4.90.52 – R\$ 100.000,00

Código reduzido de Despesa. 219

Tal solicitação deve-se aos últimos acontecimentos em nossa cidade, ou seja, o grande alagamento que afetou residências e comércio deixando grande número de pessoas desabrigadas, necessitando da intervenção direta da Defesa Civil do Município. Pensando em minimizar e até mesmo extinguir tais problemas, a Administração Municipal busca soluções, na contratação de empresa especializada para a realização de estudo hidrológico e a apresentação de soluções técnicas, com projeto executivo de engenharia, que possam ser levados à discussão com a sociedade, procurando reduzir de forma considerável os riscos a novos alagamentos.

Ressalte-se que, os fatos narrados e que são de conhecimento de todos nesta casa, aconteceram após o envio dos projetos supra citados a essa Casa de Leis, por isso a solicitação de acréscimo posterior da meta que ora se propõe.

Na intenção de continuarmos trabalhando em prol do desenvolvimento de Pato Branco, esperando merecer vossa atenção ao que se solicita, colocamo-nos a disposição para trabalharmos juntos em ações que engrandecem ainda mais Nossa Terra.

Respeitosamente,


ROBERTO VIGANÓ
Prefeito Municipal





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



*Substituído pelo
Of. 815/2009*

Ofício nº 814/2009/GP

Pato Branco, 15 de dezembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Guilherme Sebastião Silvério
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco
PATO BRANCO – PARANÁ.

Senhor Presidente,

Em face ao projeto de lei complementar que atualiza a Planta Genérica de Valores do Município de Pato Branco, que fixa os valores dos terrenos e edificações para efeito de cobrança do IPTU e ITBI, altera o Anexo VII da Lei Complementar nº 007, de 26 de dezembro de 2.002 e dá outras providências, viemos através deste, solicitar que esta Casa de Leis proceda a alteração das peças orçamentárias em trâmite neste Legislativo, no que tange a previsão da receita para o exercício de 2010, tanto no PPA, quanto na LDO e na LOA, uma vez que haverá uma redução na receita estimada do IPTU e um acréscimo na receita de ITBI, no valor de R\$ 393.947,80 (trezentos e noventa e três mil, novecentos e quarenta e sete reais e oitenta centavos). Portanto a receita das rubricas acima citadas devem ser as seguintes:


1. IPTU – R\$ 4.526.052,20;
2. ITBI – R\$ 3.243.947,80

Segue anexo, estimativa da receita com os valores devidamente atualizados que deverão ser parte integrante dos projetos em apreciação por este Legislativo Municipal, tanto do PPA quanto da LDO e LOA, respectivamente.

Salientamos porém, que o total do orçamento em trâmite não sofrerá qualquer alteração quanto ao seu valor global, permanecendo portanto, inalterado.

Na intenção de continuarmos trabalhando em prol do desenvolvimento de Pato Branco, esperando merecer vossa atenção ao que se solicita, colocamo-nos a disposição para trabalharmos juntos em ações que engrandecem ainda mais nossa terra.

Respeitosamente,


Roberto Viganó
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR
Protocolo Geral
-15-Dez-2009-15:58-006787-22





Unidade Gestora: CONSOLIDADO

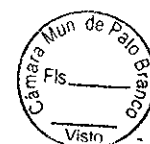
Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
1000.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			133.027.285,00
1100.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		20.116.000,00	
1110.00.00.00.00	IMPOSTOS		16.420.000,00	
1112.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	9.670.000,00		
1113.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	6.750.000,00		
1120.00.00.00.00	TAXAS		3.596.000,00	
1121.00.00.00.00	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.485.000,00		
1122.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	2.111.000,00		
1130.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		100.000,00	
1200.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUICOES		2.728.215,00	
1220.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONOMICAS		2.728.215,00	
1300.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		933.000,00	
1310.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS		200.000,00	
1319.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	200.000,00		
1320.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		733.000,00	
1325.00.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	733.000,00		
1600.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS		931.800,00	
1700.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES		95.767.600,00	
1720.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		95.602.900,00	
1721.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	53.952.900,00		
1722.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	29.450.000,00		
1724.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.200.000,00		
1730.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS		50.000,00	
1760.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		114.700,00	
1761.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	114.700,00		
1900.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		12.550.670,00	
1910.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA		1.740.000,00	
1911.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	590.000,00		
1913.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	1.145.000,00		
1914.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa das Contribuicoes	5.000,00		
1920.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		230.000,00	
1921.00.00.00.00	Indenizacoes	120.000,00		
1922.00.00.00.00	RESTITUICOES	110.000,00		
1930.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		9.585.370,00	
1931.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	9.580.370,00		
1932.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	5.000,00		
1990.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		995.300,00	
2000.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			100.000,00
2200.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS		100.000,00	
2210.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS		100.000,00	

Total Geral

133.127.285,00

(-) Deducao de Receita - Restituicoes

1112.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	10.000,00
------------------	---------------------------------------	-----------





(-) Deducao de Receita - Descontos Concedidos

1112.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	10.000,00
------------------	---------------------------------------	-----------

(-) Deducao de Receita para Formacao do FUNDEB

1721.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	4.880.000,00
------------------	-------------------------	--------------

1722.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	5.840.000,00
------------------	----------------------------	--------------

Total de Deducoes.....	10.740.000,00
------------------------	---------------

Total da Receita Liquida..	122.387.285,00
----------------------------	----------------





Unidade Gestora: CONSOLIDADO

R e s u m o

RECEITA TRIBUTARIA	20.116.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.728.215,00
RECEITA PATRIMONIAL	933.000,00
RECEITA DE SERVICOS	931.800,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	95.767.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.550.670,00

Total RECEITAS CORRENTES	133.027.285,00
ALIENACAO DE BENS	100.000,00

Total RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00

Total Geral	133.127.285,00
(-) Deducao de Receita - Restituicoes	10.000,00
(-) Deducao de Receita - Descontos Concedidos	10.000,00
(-) Deducao de Receita para Formacao do FUNDEB	10.720.000,00

Total das Deducoes	10.740.000,00

Total da Receita Liquida	122.387.285,00

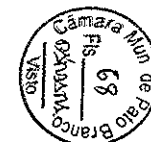
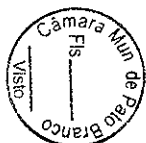


Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Plano Plurianual
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

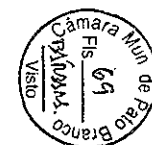
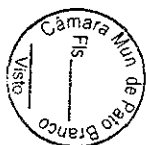
Especificação		Receitas Previstas							
		2010		2011		2012		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Receitas Correntes									
1.0.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	133.027.285,00	-	136.199.401,00	-	143.936.828,00	-	153.012.405,96	-
1.1.0.0.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	20.116.000,00	-	23.483.519,05	-	25.127.366,45	-	26.886.282,10	-
1.1.1.0.00.00.00	IMPOSTOS	16.420.000,00	-	19.528.799,05	-	20.895.816,05	-	22.358.523,16	-
1.1.1.2.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	9.670.000,00	-	9.761.610,00	-	10.444.922,70	-	11.176.067,28	-
1.1.1.2.02.00.00	IPTU	4.526.052,20	-	5.032.210,00	-	5.384.464,70	-	5.761.377,22	-
1.1.1.2.04.00.00	IMP. S/RENTA E PROV.DE QUALQUER NATUREZA	1.900.000,00	-	1.733.400,00	-	1.854.738,00	-	1.984.569,66	-
1.1.1.2.04.31.00	IRRF SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	1.550.000,00	-	1.733.400,00	-	1.854.738,00	-	1.984.569,66	-
1.1.1.2.04.34.00	IRRF SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	350.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.1.1.2.08.00.00	ITBI	3.243.947,80	-	2.996.000,00	-	3.205.720,00	-	3.430.120,40	-
1.1.1.3.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	6.750.000,00	-	9.767.189,05	-	10.450.893,35	-	11.182.455,88	-
1.1.1.3.05.00.00	IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	6.750.000,00	-	9.767.189,05	-	10.450.893,35	-	11.182.455,88	-
1.1.1.3.05.01.00	ISS DO EXERC. COR. AO QUINTO EXERC. ANT.	6.700.000,00	-	9.767.189,05	-	10.450.893,35	-	11.182.455,88	-
1.1.1.3.05.02.00	ISS DE EXERC. ANT. AO QUINTO EXERCÍCIO	50.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2.0.00.00.00	TAXAS	3.596.000,00	-	3.847.720,00	-	4.117.060,40	-	4.405.254,64	-
1.1.2.1.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.485.000,00	-	1.588.950,00	-	1.700.176,50	-	1.819.188,86	-
1.1.2.1.17.00.00	TAXA DE FISC. DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	480.000,00	-	513.600,00	-	549.552,00	-	588.020,64	-
1.1.2.1.25.00.00	TAXA LICENÇA P/FUNC. ESTAB. COM., IND. E PS	700.000,00	-	749.000,00	-	801.430,00	-	857.530,10	-
1.1.2.1.26.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	55.000,00	-	58.850,00	-	62.969,50	-	67.377,37	-
1.1.2.1.32.00.00	TAXA APROVAÇÃO PROJETO CONSTRUÇÃO CIVIL	250.000,00	-	267.500,00	-	286.225,00	-	306.260,75	-
1.1.2.2.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.111.000,00	-	2.258.770,00	-	2.416.883,90	-	2.586.065,78	-
1.1.2.2.12.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMIN.	255.000,00	-	272.850,00	-	291.949,50	-	312.385,97	-
1.1.2.2.99.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.856.000,00	-	1.985.920,00	-	2.124.934,40	-	2.273.679,81	-
1.1.2.2.99.01.00	Taxa Coleta de Lixo Domiciliar	1.491.000,00	-	1.595.370,00	-	1.707.045,90	-	1.826.539,11	-
1.1.2.2.99.07.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	365.000,00	-	390.550,00	-	417.888,50	-	447.140,70	-
1.1.3.0.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	-	107.000,00	-	114.490,00	-	122.504,30	-
1.1.3.0.99.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	100.000,00	-	107.000,00	-	114.490,00	-	122.504,30	-
1.2.0.0.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.728.215,00	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Plano Plurianual
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Unidade Gestora: CONSOLIDADO		Receitas Previstas							
Especificação		2010		2011		2012		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
		933.000,00	-	998.310,00	-	1.068.191,70	-	1.142.965,12	-
3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	931.800,00	-	997.026,00	-	1.066.817,82	-	1.141.495,07	-
6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	95.767.600,00	-	104.015.835,00	-	109.500.411,31	-	116.165.440,10	-
7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95.602.900,00	-	103.587.835,00	-	109.042.451,31	-	115.675.422,90	-
7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	53.952.900,00	-	59.289.835,00	-	61.643.591,31	-	64.958.642,70	-
7.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	24.200.000,00	-	25.787.001,00	-	27.592.090,00	-	29.523.536,30	-
7.2.1.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	24.000.000,00	-	25.680.001,00	-	27.477.600,00	-	29.401.032,00	-
7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM	100.000,00	-	107.000,00	-	114.490,00	-	122.504,30	-
7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO ITR	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.01.99.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	231.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.12.00.00.00	TRANSF.COMP.FINANC.P/EXPLORAÇÃO REC.NAT.	27.000.000,00	-	30.569.001,00	-	30.912.300,00	-	32.076.161,00	-
7.2.1.33.00.00.00	TRANSF.REC.DO SUS-REPASSES FUNDO A FUNDO	309.300,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS	1.461.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.1.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	300.000,00	-	321.000,00	-	343.470,00	-	367.512,90	-
7.2.1.36.00.00.00	TRANSF.FINANC.ICMS DESONERAÇÃO L.C.87/96	451.600,00	-	2.612.833,00	-	2.795.731,31	-	2.991.432,50	-
7.2.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	29.450.000,00	-	31.244.000,00	-	33.431.080,00	-	35.771.255,60	-
7.2.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	29.414.000,00	-	31.244.000,00	-	33.431.080,00	-	35.771.255,60	-
7.2.2.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	23.000.000,00	-	24.610.000,00	-	26.332.700,00	-	28.175.989,00	-
7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	5.700.000,00	-	6.099.000,00	-	6.525.930,00	-	6.982.745,10	-
7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	500.000,00	-	535.000,00	-	572.450,00	-	612.521,50	-
7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	214.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.2.01.13.00.00	COTA-PARTE DA CIDE	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.2.22.00.00.00	TRANSF.COTA-PARTE COMPENSAÇÃO FINANC.25%	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.2.22.30.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES-COMP.F.P/PROD.PETR.	33.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.2.33.00.00.00	TRANSF.REC.ES.T.P/PROGR.SAÚDE-REP.FUNDO A	33.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.2.2.33.02.00.00	Programa Saúde da Família Estadual	12.200.000,00	-	13.054.000,00	-	13.967.780,00	-	14.945.524,60	-
7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.200.000,00	-	13.054.000,00	-	13.967.780,00	-	14.945.524,60	-
7.2.4.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEF	50.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	-	-	-	-	-	-
7.3.0.00.99.00.00	OUTRAS TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-	-	-	-	-	-	-	-

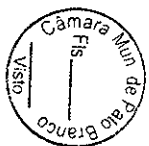


Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Plano Plurianual
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas								
		2010		2011		2012		2013		Total
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	
1.7.6.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	114.700,00	-	428.000,00	-	457.960,00	-	490.017,20	-	1.490.677,20
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.550.670,00	-	6.704.710,95	-	7.174.040,72	-	7.676.223,57	-	34.105.645,24
1.9.1.0.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	1.740.000,00	-	267.500,00	-	286.225,00	-	306.260,75	-	2.599.985,75
1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	230.000,00	-	128.400,00	-	137.388,00	-	147.005,16	-	642.793,16
1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.585.370,00	-	5.452.810,95	-	5.834.507,72	-	6.242.923,26	-	27.115.611,93
1.9.3.1.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	9.585.370,00	-	5.452.810,95	-	5.834.507,72	-	6.242.923,26	-	27.115.611,93
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	995.300,00	-	856.000,00	-	915.920,00	-	980.034,40	-	3.747.254,40
Receitas de capital										
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
Total de receitas		133.127.285,00	-	136.199.401,00	-	143.936.828,00	-	153.012.405,96	-	566.275.919,96
Deduções da receita										
Restituição		10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IPTU	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00
Descontos Concedidos		10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00
1.1.1.2.02.00.00.00	IPTU	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-	10.000,00
FUNDEB		10.720.000,00	-	11.470.400,00	-	12.273.328,00	-	13.132.460,96	-	47.596.188,96
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM	4.800.000,00	-	5.136.000,00	-	5.495.520,00	-	5.880.206,40	-	21.311.726,40
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO ITR	20.000,00	-	21.400,00	-	22.898,00	-	24.500,86	-	88.798,86
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSF.FINANC.ICMS DESONERAÇÃO L.C.87/96	60.000,00	-	64.200,00	-	68.694,00	-	73.502,58	-	266.396,58
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	4.600.000,00	-	4.922.000,00	-	5.266.540,00	-	5.635.197,80	-	20.423.737,80
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	1.140.000,00	-	1.219.800,00	-	1.305.186,00	-	1.396.549,02	-	5.061.535,02
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	100.000,00	-	107.000,00	-	114.490,00	-	122.504,30	-	443.994,30
Total das Deduções		10.740.000,00	-	11.470.400,00	-	12.273.328,00	-	13.132.460,96	-	47.616.188,96
Total Líquido das Receitas		122.387.285,00	-	124.729.001,00	-	131.663.500,00	-	139.879.945,00	-	518.659.731,00





TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	PREVISÃO		
	2009	2010	2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	91.448.349,00	133.127.285,00	136.199.401,00
Receitas Tributárias	13.165.000,00	20.116.000,00	20.296.830,00
Impostos	10.565.000,00	16.420.000,00	16.342.110,00
Taxas	2.500.000,00	3.596.000,00	3.847.720,00
Contribuição de Melhoria	100.000,00	100.000,00	107.000,00
Receitas de Contribuições	2.230.500,00	2.878.215,00	2.919.190,05
Contribuições Sociais	25.500,00	150.000,00	358.863,00
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	-	-
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-
Contribuição de Pensionista Militar	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Geral	-	-	-
Compensação Previdenciária entre Regime Geral e os RPPS	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	25.500,00	150.000,00	358.863,00
Contribuições Econômicas	2.205.000,00	2.728.215,00	2.560.327,05
Receita Patrimonial Líquida	418.950,00	933.000,00	998.310,00
Receita Patrimonial	418.950,00	933.000,00	998.310,00
Receitas Imobiliárias	157.500,00	200.000,00	400.310,00
Receitas de Valores Mobiliários	261.450,00	733.000,00	598.000,00
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	800.000,00	931.800,00	997.026,00
Transferências Correntes	69.060.814,00	95.717.600,00	104.263.334,00
Transferências Intergovernamentais	68.905.814,00	95.602.900,00	103.855.334,00
Transferências da União	37.000.000,00	53.952.900,00	59.269.834,00
Participações na Receita da União	37.000.000,00	53.952.900,00	59.269.834,00
Demais Transferências da União	-	-	-
Transferências dos Estados	25.639.729,00	29.450.000,00	31.511.500,00
Participações na Receita do Estado	25.639.729,00	29.450.000,00	31.511.500,00
Outras Receitas do Estado	-	-	-
Demais Transferências do Estado	-	-	-
Transferências dos Municípios	6.266.085,00	12.200.000,00	13.054.000,00
Transferências do FUNDEF	6.266.085,00	12.200.000,00	13.054.000,00
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Convênios	155.000,00	114.700,00	428.000,00
Demais Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	5.773.085,00	12.550.670,00	6.704.710,95
Multas e Juros de Mora	250.000,00	1.740.000,00	267.500,00
Indenizações e Restituições	7.000,00	230.000,00	128.400,00
Receita da Dívida Ativa	5.096.085,00	9.585.370,00	5.452.810,95
Receita da Dívida Ativa Tributária	5.096.085,00	9.585.370,00	5.452.810,95
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-
Receitas Diversas	420.000,00	995.300,00	856.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	100.000,00	100.000,00	-
Operações de Crédito (III)	-	-	-
Alienação de Bens (IV)	100.000,00	100.000,00	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	91.448.349,00	133.127.285,00	136.199.401,00
TOTAL	91.448.349,00	133.127.285,00	136.199.401,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

NOTA EXPLICATIVA: Esse quadro visa demonstrar o total da receita prevista, para tanto, deve-se considerar as seguintes deduções para formação do FUNDEF em cada exercício: 2010: R\$ 10.740.000,00; 2011: R\$ 11.470.400,00.





Prefeitura Municipal de Pato Branco

ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREFEITO



Sido Susão Extraordinária

18/12/2009 -

Ofício nº 815/2009/GP

Pato Branco, 16 de dezembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor
Guilherme Sebastião Silvério
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Pato Branco
PATO BRANCO – PARANÁ.

Senhor Presidente,

Tem o presente a finalidade de solicitar alteração das peças orçamentárias que tramitam nessa Casa de Leis, quais sejam, PPA, LDO e LOA.

Considerando o projeto de lei complementar que atualiza a Planta Genérica de Valores do Município de Pato Branco, que fixa os valores dos terrenos e edificações para efeito de cobrança do IPTU e ITBI, altera o Anexo VII da Lei Complementar nº 007, de 26 de dezembro de 2.002 e dá outras providências, o qual interferirá diretamente no valor do IPTU para o próximo exercício, solicitamos elevação do valor estimado de R\$ 4.920.000,00 (proposta original) para R\$ 5.073.581,66, conforme planta genérica de valores aprovada por esta Casa de Leis

Outra receita que sofrerá alteração, é a receita do ITBI, que conforme análise pormenorizada da arrecadação dos exercícios anteriores, deverá sofrer uma redução em sua previsão, passando de R\$ 2.850.000,00 (proposta original) para R\$ 2.402.418,34.

Tendo em vista ainda o projeto de alteração do ESTAR, esta receita também será modificada, passando de R\$ 500.000,00 (proposta original) para R\$ 794.000,00, sendo justificado seu acréscimo em face ao aumento do valor dos cartões e blocos de estacionamento rotativo, pela implantação do Sistema Eletrônico de fiscalização e cobrança do Estar (cobrança do Estar via celular), bem como pelo aumento da área de abrangência do Estacionamento Rotativo para outras vias da área central.

Solicitamos portanto, que seja realizada a troca apenas do anexo referente à receita nos instrumentos supra citados, permanecendo os demais da forma que estão. Salientamos ainda, que o total do orçamento em trâmite não sofrerá qualquer alteração quanto ao seu valor global, permanecendo desta forma, inalterado.

Segue anexo, estimativa da receita com os valores devidamente atualizados que deverão ser parte integrante dos projetos em apreciação por este Legislativo Municipal, tanto do PPA quanto da LDO e LOA, respectivamente.

Na intenção de continuarmos trabalhando em prol do desenvolvimento de Pato Branco, esperando merecer vossa atenção ao que se solicita, colocamo-nos a disposição para trabalharmos juntos em ações que engrandecem ainda mais nossa terra.

Respeitosamente,

Roberto Viganó
Prefeito



Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
1000.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			133.027.285,00
1100.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		19.822.000,00	-
1110.00.00.00.00	IMPOSTOS		16.126.000,00	
1112.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMONIO E A RENDA	9.376.000,00		
1112.02.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	5.073.581,66		
1112.02.01.00.00	IPU - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	4.873.581,66		
1112.02.02.00.00	IPU - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	200.000,00		
1112.04.00.00.00	IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.900.000,00		
1112.04.31.00.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	1.550.000,00		
1112.04.31.03.00	IRRF - S/FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL CIVIL	1.550.000,00		
1112.04.31.03.01	IRRF - S/FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL CIVIL - LEGISLATIVO	150.000,00		
1112.04.31.03.02	IRRF - S/FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL CIVIL - EXECUTIVO E ENTIDADES INDIRETAS	1.400.000,00		
1112.04.34.00.00	IMPOSTO DE RENDA RETIDO NAS FONTES SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	350.000,00		
1112.04.34.01.00	Imposto de Renda Retido Outros Rendiment	350.000,00		
1112.08.00.00.00	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSAO "INTER VIVOS" DE BENS IMOVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMOVEIS	2.402.418,34		
1112.08.01.00.00	ITBI - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	2.302.418,34		
1112.08.02.00.00	ITBI - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	100.000,00		
1113.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUCAO E A CIRCULACAO	6.750.000,00		
1113.05.00.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA	6.750.000,00		
1113.05.01.00.00	ISS - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	6.700.000,00		
1113.05.01.01.00	ISS - DO EXERCICIO - PM	6.700.000,00		
1113.05.02.00.00	ISS - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	50.000,00		
1120.00.00.00.00	TAXAS		3.596.000,00	
1121.00.00.00.00	TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	1.485.000,00		
1121.17.00.00.00	TAXA DE FISCALIZACAO DE VIGILANCIA SANITARIA	480.000,00		
1121.25.00.00.00	TAXA DE LICENCA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAS E PRESTADORA DE SERVICOS	700.000,00		
1121.26.00.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	55.000,00		
1121.32.00.00.00	TAXA DE APROVACAO DO PROJETO DE CONSTRUCAO	250.000,00		
1122.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	2.111.000,00		
1122.12.00.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS	255.000,00		
1122.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	1.856.000,00		
1122.99.01.00.00	Taxa Coleta de Lixo Domiciliar	1.491.000,00		
1122.99.07.00.00	Outras Taxas de Prestacao de Servicos	365.000,00		
1130.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		100.000,00	
1130.04.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA PARA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES	100.000,00		
1130.04.01.00.00	CM PARA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	95.000,00		

Estado do Parana
Prefeitura Municipal de Pato Branco

ANEXO I - Receita Segundo as Categorias Economicas

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
1130.04.02.00.00	CM PARA PAVIMENTACAO E OBRAS COMPLEMENTARES - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	5.000,00		
1200.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUICOES		2.728.215,00	
1220.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONOMICAS		2.728.215,00	
1220.29.00.00.00	CONTRIBUICAO PARA O CUSTEIO DO SERVICO DE ILUMINACAO PUBLICA	2.728.215,00		
1220.29.00.01.00	COSIP-Cobranca na Fatura de Consumo de Energia Eletrica	2.500.000,00		
1220.29.00.02.00	COSIP - Cobreanca no Carnet do IPTU	228.215,00		
1300.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		933.000,00	
1310.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS		200.000,00	
1319.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIARIAS	200.000,00		
1319.00.02.00.00	Receita de Alugueis	200.000,00		
1320.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		733.000,00	
1325.00.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS	733.000,00		
1325.01.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS VINCULADOS	319.300,00		
1325.01.01.00.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - ROYALTIES	1.100,00		
1325.01.03.00.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE SAUDE	136.000,00		
1325.01.03.01.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE SAUDE/SUS	116.000,00		
1325.01.03.01.01	Aplic.Financ.SUS SIA/SIH Municipios	100.000,00		
1325.01.03.01.05	Aplic.Financ.Vigilancia Sanitaria	2.000,00		
1325.01.03.01.06	Aplic.Financ.PAB Fixo	10.000,00		
1325.01.03.01.07	Aplic.Financ.Progr.Nac.HIV-AIDS	3.000,00		
1325.01.03.01.12	Aplic.Financ.Prog.Saude da Familia Est.	1.000,00		
1325.01.03.03.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDO DE SAUDE/OUTRAS ORIGENS	20.000,00		
1325.01.03.03.01	Aplicacoes Financeiras Rec.Vinculadas 15	15.000,00		
1325.01.03.03.02	Aplic. Finan.Taxa Vigilancia Sanitaria	5.000,00		
1325.01.05.00.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	143.000,00		
1325.01.05.02.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONVENIOS MDE	8.000,00		
1325.01.05.02.01	Aplic.Financ.Merenda Escolar	2.000,00		
1325.01.05.02.03	Aplic.Financ.Transporte Escolar	1.000,00		
1325.01.05.02.11	Aplic.Financ.Formacao de Professores/Profissionais de Servicos e Apoio Escolar	5.000,00		
1325.01.05.03.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - MDE/OUTRAS VINCULACOES	135.000,00		
1325.01.05.03.01	Aplic.Financ.Ensino Fundamental 10%	15.000,00		
1325.01.05.03.02	Aplic.Financ.Ensino Fundamental 25%	20.000,00		
1325.01.05.03.03	Aplic.Financ.Salario Educacao	100.000,00		
1325.01.09.00.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO (CIDE)	1.000,00		
1325.01.53.00.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS - FUNDEB	0,00		
1325.01.99.00.00	RECEITA DE REMUNERACAO DE OUTROS DEPOSITOS			

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
	BANCARIOS DE RECURSOS VINCULADOS	38.200,00		
1325.01.99.06.00	Aplic.Financ.Contr.iluminacao Publica	15.000,00		
1325.01.99.08.00	Aplic.Financ.Funrebom	1.000,00		
1325.01.99.11.00	Aplic.Financ.Prest.bolsa Familia	5.000,00		
1325.01.99.15.00	Aplic.Finan.Protec.Basica Infancia	1.000,00		
1325.01.99.16.00	Aplic.Finan.Eradicacao Trabalho Infanti	200,00		
1325.01.99.17.00	Aplic.Financ.Pessoa Port.Deficiencia	500,00		
1325.01.99.24.00	Aplic.Finan.Prog.de Apoio a Pessoa Idosa	500,00		
1325.01.99.37.00	Aplic.Financ.Doacoes ao FIA-Fundo da Inf	10.000,00		
1325.01.99.46.00	Aplic.Conv.Conj. Habitacional Nossa Terra II	5.000,00		
1325.02.00.00.00	REMUNERACAO DE DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	413.700,00		
1325.02.99.00.00	REMUNERACAO DE OUTROS DEPOSITOS DE RECURSOS NAO VINCULADOS	413.700,00		
1325.02.99.01.00	Rendimento de Aplicacoes Financeiras	413.700,00		
1600.00.00.00.00	RECEITA DE SERVICOS		1.225.800,00	
1600.03.00.00.00	SERVICOS DE TRANSPORTE	934.000,00		
1600.03.99.00.00	OUTROS SERVICOS DE TRANSPORTE	934.000,00		
1600.03.99.01.00	Receita de Taxa de Embarques	140.000,00		
1600.03.99.02.00	Receita de Estacionamento Regulamentado	794.000,00		
1600.13.00.00.00	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	55.000,00		
1600.13.01.00.00	SERVICOS DE INSCRICAO EM CONCURSOS PUBLICOS	50.000,00		
1600.13.02.00.00	SERVICOS DE VENDA DE EDITAIS	5.000,00		
1600.19.00.00.00	SERVICOS RECREATIVOS E CULTURAIS	5.000,00		
1600.99.00.00.00	OUTROS SERVICOS	231.800,00		
1600.99.01.00.00	Mensalidades e Exames de Natacao	31.800,00		
1600.99.02.00.00	Receita da Comipa	200.000,00		
1700.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES		95.767.600,00	
1720.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		95.602.900,00	
1721.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DA UNIAO	53.952.900,00		
1721.01.00.00.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	24.200.000,00		
1721.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS	24.000.000,00		
1721.01.05.00.00	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	100.000,00		
1721.01.99.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPACAO DOS MUNICIPIOS - 1o DECENDIO DEZEMBRO - EMENDA 55	100.000,00		
1721.22.00.00.00	TRANSFERENCIA DA COMPENSACAO FINANCEIRA PELA EXPLORACAO DE RECURSOS NATURAIS	231.000,00		
1721.22.20.00.00	COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA DE RECURSOS MINERAIS - CFEM	1.000,00		
1721.22.70.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO ESPECIAL DO PETROLEO - FEP	230.000,00		
1721.33.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE - SUS - REPASSES FUNDO A FUNDO	27.000.000,00		
1721.33.10.00.00	ATENCAO BASICA	2.022.000,00		
1721.33.10.01.00	PAB FIXO	1.200.000,00		
1721.33.10.01.01	PAB FIXO	1.200.000,00		
1721.33.10.02.00	PAB VARIAVEL	822.000,00		
1721.33.10.02.01	PROGRAMA DE SAUDE DA FAMILIA (PSF)	470.000,00		
1721.33.10.02.02	PROGRAMA AGENTE COMUNIT.DE SAUDE (PACS)	280.000,00		
1721.33.10.02.03	SAUDE BUCAL	72.000,00		
1721.33.20.00.00	ATENCAO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	24.707.300,00		



Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
1721.33.20.01.00	LIMITE FINANCEIRO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC	22.000.000,00		
1721.33.20.01.01	LIMITE FINANCEIRO DA MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR - MAC	22.000.000,00		
1721.33.20.02.00	FUNDO DE ACOES ESTRATEGICAS E COMPENSACAO -	2.707.300,00		
1721.33.20.02.01	FUNDO DE ACOES ESTRATEGICAS E COMPENSACAO -	2.707.300,00		
1721.33.30.00.00	VIGILANCIA EM SAUDE	270.700,00		
1721.33.30.01.00	COMPONENTE DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	140.500,00		
1721.33.30.01.01	COMPONENTE DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL EM SAUDE	140.500,00		
1721.33.30.02.00	COMPONENTE DA VIGILANCIA SANITARIA	55.200,00		
1721.33.30.02.01	COMPONENTE DA VIGILANCIA SANITARIA	55.200,00		
1721.33.30.99.00	VIGILANCIA EM SAUDE - OUTROS COMPONENTES	75.000,00		
1721.33.30.99.01	PROGRAMA NACIONAL HIV/AIDS	75.000,00		
1721.34.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FNAS	309.300,00		
1721.34.01.00.00	TRANSFERENCIAS DO FNAS PARA O PROGRAMA DE ATENCAO A CRIANCA	140.000,00		
1721.34.02.00.00	TRANSFERENCIAS DO FNAS PARA O PROGRAMA DE APOIO A PESSOA IDOSA	41.000,00		
1721.34.03.00.00	TRANSFERENCIAS DO FNAS PARA O PROGRAMA DE APOIO A PESSOA PORTADORA DE DEFICIENCIA	43.500,00		
1721.34.99.00.00	TRANSFERENCIAS DO FNAS PARA OUTROS PROGRAMAS DE ASSISTENCIA SOCIAL	84.800,00		
1721.34.99.02.00	TRANSF.P/PROGRAMA SENTINELA	84.800,00		
1721.35.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE	1.461.000,00		
1721.35.01.00.00	TRANSFERENCIAS DO SALARIO-EDUCACAO	986.000,00		
1721.35.03.00.00	TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTACAO ESCOLAR - PNAE	425.000,00		
1721.35.99.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DIRETAS DO FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO - FNDE	50.000,00		
1721.35.99.01.00	TRANSFERENCIAS TRANSPORTE ESCOLAR - PNTE	50.000,00		
1721.36.00.00.00	TRANSFERENCIA FINANCEIRA DO ICMS - DESONERACAO - L.C. No 87/96	300.000,00		
1721.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO	451.600,00		
1721.99.03.00.00	AUXILIO FINANCEIRO DE FOMENTO A EXPORTACAO -	300.000,00		
1721.99.99.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DA UNIAO DESTINADAS A PROGRAMAS DE OUTRAS AREAS DE ATUACAO	151.600,00		
1721.99.99.01.00	APOIO FINANCEIRO AOS MUNICIPIOS-AFM	151.600,00		
1722.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DOS ESTADOS	29.450.000,00		
1722.01.00.00.00	PARTICIPACAO NA RECEITA DOS ESTADOS	29.414.000,00		
1722.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	23.000.000,00		
1722.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	5.700.000,00		
1722.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	500.000,00		
1722.01.13.00.00	COTA-PARTE DA CONTRIBUICAO DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO	214.000,00		
1722.22.00.00.00	TRANSFERENCIA DA COTA-PARTE DA COMPENSACAO FINANCEIRA (25%)	3.000,00		
1722.22.30.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES - COMPENSACAO FINANCEIRA PELA PRODUCAO DO PETROLEO - LEI No 7.990/89, ARTIGO 9o	3.000,00		
1722.33.00.00.00	TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO ESTADO PARA			



Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
	PROGRAMAS DE SAUDE - REPASSE FUNDO A FUNDO	33.000,00		
1722.33.02.00.00	Programa Saude da Familia Estadual	33.000,00		
1724.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.200.000,00		
1724.01.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENCAO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZACAO DO MAGISTERIO - FUNDEF	12.200.000,00		
1730.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS		50.000,00	
1730.00.99.00.00	OUTRAS TRANSFERENCIAS DE INSTITUICOES PRIVADAS		50.000,00	
1730.00.99.01.00	Doacoes ao FIA Crianca e Adolescente		50.000,00	
1760.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS		114.700,00	
1761.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO E DE SUAS ENTIDADES	114.700,00		
1761.02.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCACAO	56.700,00		
1761.02.05.00.00	Formacao de Professores/Profissionais de Servicos e Apoio Escolar	56.700,00		
1761.04.00.00.00	TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO DESTINADAS A PROGRAMAS DE COMBATE A FOME	58.000,00		
1761.04.01.00.00	Convenio Bolsa Familia	58.000,00		
1900.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		12.550.670,00	
1910.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA		1.740.000,00	
1911.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	590.000,00		
1911.35.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00		
1911.38.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	400.000,00		
1911.38.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA IPTU - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	300.000,00		
1911.38.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA IPTU - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	100.000,00		
1911.39.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO INTER-VIVOS DE BENS IMOVEIS - ITBI	30.000,00		
1911.39.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA ITBI - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	20.000,00		
1911.39.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA ITBI - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	10.000,00		
1911.40.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	105.000,00		
1911.40.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA ISS - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	100.000,00		
1911.40.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA ISS - DO QUINTO EXERCICIO E ANTERIORES	5.000,00		
1911.98.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	10.000,00		
1911.98.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUICOES DE MELHORIA - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	5.000,00		
1911.98.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA CONTRIBUICOES DE MELHORIA - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	5.000,00		
1911.99.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	40.000,00		
1911.99.05.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS	25.000,00		
1911.99.05.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	20.000,00		



Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
1911.99.05.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE TAXAS PELA PRESTACAO DE SERVICOS	5.000,00		
1911.99.07.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA COSIP	5.000,00		
1911.99.08.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE IMPUGNACOES E IMPOSICOES	5.000,00		
1911.99.99.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	5.000,00		
1911.99.99.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS	5.000,00		
1913.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	1.145.000,00		
1913.11.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	700.000,00		
1913.11.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA IPTU - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	400.000,00		
1913.11.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA IPTU - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	300.000,00		
1913.12.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO INTER-VIVOS DE BENS IMOVEIS - ITBI	15.000,00		
1913.12.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA ITBI - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	5.000,00		
1913.12.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA ITBI - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	10.000,00		
1913.13.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	395.000,00		
1913.13.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA ISS - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	195.000,00		
1913.13.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA ISS - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	200.000,00		
1913.35.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00		
1913.98.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	10.000,00		
1913.98.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA CONTRIBUICOES DE MELHORIA - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	5.000,00		
1913.98.02.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA CONTRIBUICOES DE MELHORIA - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	5.000,00		
1913.99.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS	20.000,00		
1913.99.01.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE TAXAS EM GERAL PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	20.000,00		
1913.99.01.01.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE TAXAS EM GERAL PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	10.000,00		
1913.99.01.01.01	MUL.JUR.DIV.AT.TAX.GERAL EXERCICIO	5.000,00		
1913.99.01.01.02	MUL.JUR.DIV.AT.TAX.GERAL EXERCICIO	5.000,00		
1913.99.01.02.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE			



Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
	TAXAS EM GERAL PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	10.000,00		
1913.99.01.02.01	MUL.JUR.DIV.AT.TAX.GERAL PRIM.EXERC.ANT.	5.000,00		
1913.99.01.02.02	MUL.JUR.DIV.AT.TAX.GERAL PRIM.EXERC.ANT.	5.000,00		
1914.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora da Divida Ativa das Contribuicoes	5.000,00		
1914.99.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUICOES	5.000,00		
1914.99.00.29.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA DIVIDA ATIVA - COSIP (ART.149-A, CF)	5.000,00		
1914.99.00.29.02	ENC.MORAT.COSIP-COBRANCA CARNET DO IPTU	5.000,00		
1920.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES		230.000,00	
1921.00.00.00.00	Indenizacoes	120.000,00		
1921.06.00.00.00	INDENIZACOES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMONIO PUBLICO	120.000,00		
1922.00.00.00.00	RESTITUICOES	110.000,00		
1922.07.00.00.00	Recuperacao de Despesas de Exercicios	0,00		
1922.10.00.00.00	COMPENSAOES FINANCEIRAS ENTRE O RGPS E OS RPPS	110.000,00		
1922.99.00.00.00	OUTRAS RESTITUICOES	0,00		
1922.99.02.00.00	IMPUGNACOES E GLOSAS DETERMINADAS PELA ADMINISTRACAO	0,00		
1930.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA		9.585.370,00	
1931.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	9.580.370,00		
1931.11.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA - IPTU	2.200.000,00		
1931.11.01.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA IPTU - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	700.000,00		
1931.11.02.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA IPTU - DO QUINTO EXERCICIO E ANTERIORES	1.500.000,00		
1931.12.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSAO INTER-VIVOS DE BENS IMOVEIS - ITBI	20.000,00		
1931.12.01.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA ITBI - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	5.000,00		
1931.12.02.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA ITBI - DO QUINTO EXERCICIO E ANTERIORES	15.000,00		
1931.13.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVICOS DE QUALQUER NATUREZA - ISS	3.100.000,00		
1931.13.01.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA ISS - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	1.100.000,00		
1931.13.02.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA ISS - DO QUINTO EXERCICIO E ANTERIORES	2.000.000,00		
1931.35.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA TAXA DE FISCALIZACAO E VIGILANCIA SANITARIA	5.000,00		
1931.98.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA	110.000,00		
1931.98.01.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	10.000,00		
1931.98.02.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE MELHORIA - DE EXERCICIOS ANTERIORES AO QUINTO EXERCICIO	100.000,00		
1931.99.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - PRINCIPAL	4.145.370,00		
1931.99.01.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS -			

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Codigo	Especificacao	Desdobramento	Fonte	Categoria Economica
	TAXAS EM GERAL PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA	2.100.000,00		
1931.99.01.01.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - TAXAS EM GERAL PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUINTO EXERCICIO ANTERIOR	1.100.000,00		
1931.99.01.02.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - TAXAS EM GERAL PELO EXERCICIO DO PODER DE POLICIA - DO QUINTO EXERCICIO E ANTERIORES	1.000.000,00		
1931.99.02.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - TAXAS EM GERAL PELA PRESTACAO DE SERVICOS	2.045.370,00		
1931.99.02.01.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - TAXAS EM GERAL PELA PRESTACAO DE SERVICOS - DO EXERCICIO CORRENTE AO QUARTO EXERCICIO ANTERIOR	1.100.000,00		
1931.99.02.02.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS - TAXAS EM GERAL PELA PRESTACAO DE SERVICOS - DO QUINTO EXERCICIO E ANTERIORES	945.370,00		
1932.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA	5.000,00		
1932.16.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DE OUTRAS CONTRIBUICOES	5.000,00		
1932.16.00.29.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA DA COSIP (ART. 149-A, CF)	5.000,00		
1932.16.00.29.02	DIVIDA ATIVA COSIP-COBRANCA NO CARNE DO IPTU	5.000,00		
1990.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		995.300,00	
1990.99.00.00.00	OUTRAS RECEITAS	995.300,00		
1990.99.08.00.00	OUTRAS RECEITAS ARRECADADAS DE IMPUGNACOES E IMPOSICOES	10.000,00		
1990.99.99.00.00	RECEITAS DIVERSAS	985.300,00		
1990.99.99.01.00	RECEITAS DIVERSAS - OUTRAS AREAS	483.300,00		
1990.99.99.02.00	Receita de 6% de Vale Transporte	250.000,00		
1990.99.99.03.00	Receita Faltas e Atrasos Funcionalismo	30.000,00		
1990.99.99.12.00	Multas recebidas pelo Procon	2.000,00		
1990.99.99.13.00	Receitas do DEPATRAN	220.000,00		
2000.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			100.000,00
2200.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS		100.000,00	
2210.00.00.00.00	ALIENACAO DE BENS MOVEIS		100.000,00	
Total Geral				133.127.285,00
(-) Deducao de Receita - Restituicoes				
1112.02.01.00.00	IPTU DO EXERC.COR.AO QUINTO EXERC.ANT.	10.000,00		
(-) Deducao de Receita - Descontos Concedidos				
1112.02.01.00.00	IPTU DO EXERC.COR.AO QUINTO EXERC.ANT.	10.000,00		
(-) Deducao de Receita para Formacao do FUNDEB				
1721.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM	4.800.000,00		
1721.01.05.00.00	COTA-PARTE DO ITR	20.000,00		
1721.36.00.00.00	TRANSF.FINANC.ICMS DESONERACAO L.C.87/96	60.000,00		
1722.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	4.600.000,00		
1722.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	1.140.000,00		
1722.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTACAO	100.000,00		

Estado do Parana
Prefeitura Municipal de Pato Branco

ANEXO I - Receita Segundo as Categorias Economicas

Total de Deducoes.....	10.740.000,00

Total da Receita Liquida..	122.387.285,00





Unidade Gestora: CONSOLIDADO

R e s u m o

RECEITA TRIBUTARIA	19.822.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	2.728.215,00
RECEITA PATRIMONIAL	933.000,00
RECEITA DE SERVICOS	1.225.800,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	95.767.600,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.550.670,00

Total RECEITAS CORRENTES 133.027.285,00

ALIENACAO DE BENS 100.000,00

Total RECEITAS DE CAPITAL 100.000,00

Total Geral 133.127.285,00

(-) Deducao de Receita - Restituicoes	10.000,00
(-) Deducao de Receita - Descontos Concedidos	10.000,00
(-) Deducao de Receita para Formacao do FUNDEB	10.720.000,00

Total das Deducoes 10.740.000,00

Total da Receita Liquida 122.387.285,00



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Plano Plurianual
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas							
		2010		2011		2012		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Receitas Correntes									
1.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	133.027.285,00	-	136.199.401,00	-	143.936.828,00	-	153.012.405,96	-
1.1.0.0.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA	19.822.000,00	-	23.483.519,05	-	25.127.366,45	-	26.886.282,10	-
1.1.1.0.00.00.00.00	IMPOSTOS	16.126.000,00	-	19.528.799,05	-	20.895.816,05	-	22.358.523,16	-
1.1.1.2.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	9.376.000,00	-	9.761.610,00	-	10.444.922,70	-	11.176.067,28	-
1.1.1.2.02.00.00.00	IPTU	5.073.581,66	-	5.032.210,00	-	5.384.464,70	-	5.761.377,22	-
1.1.1.2.04.00.00.00	IMP.S/RENDA E PROV.DE QUALQUER NATUREZA	1.900.000,00	-	1.733.400,00	-	1.854.738,00	-	1.984.569,66	-
1.1.1.2.04.31.00.00	IRRF SOBRE OS RENDIMENTOS DO TRABALHO	1.550.000,00	-	1.733.400,00	-	1.854.738,00	-	1.984.569,66	-
1.1.1.2.04.34.00.00	IRRF SOBRE OUTROS RENDIMENTOS	350.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.1.1.2.08.00.00.00	ITBI	2.402.418,34	-	2.996.000,00	-	3.205.720,00	-	3.430.120,40	-
1.1.1.3.00.00.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	6.750.000,00	-	9.767.189,05	-	10.450.893,35	-	11.182.455,88	-
1.1.1.3.05.00.00.00	IMPOSTO S/ SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	6.750.000,00	-	9.767.189,05	-	10.450.893,35	-	11.182.455,88	-
1.1.1.3.05.01.00.00	ISS DO EXERC.COR.AO QUINTO EXERC.ANT.	6.700.000,00	-	9.767.189,05	-	10.450.893,35	-	11.182.455,88	-
1.1.1.3.05.02.00.00	ISS DE EXERC.ANT.AO QUINTO EXERCÍCIO	50.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.1.2.0.00.00.00.00	TAXAS	3.596.000,00	-	3.847.720,00	-	4.117.060,40	-	4.405.254,64	-
1.1.2.1.00.00.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	1.485.000,00	-	1.588.950,00	-	1.700.176,50	-	1.819.188,86	-
1.1.2.1.17.00.00.00	TAXA DE FISC. DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	480.000,00	-	513.600,00	-	549.552,00	-	588.020,64	-
1.1.2.1.25.00.00.00	TAXA LICENÇA P/FUNC. ESTAB.COM.,IND.E PS	700.000,00	-	749.000,00	-	801.430,00	-	857.530,10	-
1.1.2.1.26.00.00.00	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	55.000,00	-	58.850,00	-	62.969,50	-	67.377,37	-
1.1.2.1.32.00.00.00	TAXA APROVAÇÃO PROJETO CONSTRUÇÃO CIVIL	250.000,00	-	267.500,00	-	286.225,00	-	306.260,75	-
1.1.2.2.00.00.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.111.000,00	-	2.258.770,00	-	2.416.883,90	-	2.586.065,78	-
1.1.2.2.12.00.00.00	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMIN.	255.000,00	-	272.850,00	-	291.949,50	-	312.385,97	-
1.1.2.2.99.00.00.00	OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.856.000,00	-	1.985.920,00	-	2.124.934,40	-	2.273.679,81	-
1.1.2.2.99.01.00.00	Taxa Coleta de Lixo Domiciliar	1.491.000,00	-	1.595.370,00	-	1.707.045,90	-	1.826.539,11	-
1.1.2.2.99.07.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	365.000,00	-	390.550,00	-	417.888,50	-	447.140,70	-
1.1.3.0.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	-	107.000,00	-	114.490,00	-	122.504,30	-
1.1.3.0.99.00.00.00	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	100.000,00	-	107.000,00	-	114.490,00	-	122.504,30	-
1.2.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.728.215,00	-	-	-	-	-	-	-



Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Plano Plurianual
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas							
		2010		2011		2012		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
1.3.0.0.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	933.000,00	-	998.310,00	-	1.068.191,70	-	1.142.965,12	-
1.6.0.0.00.00.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	1.225.800,00	-	997.026,00	-	1.066.817,82	-	1.141.495,07	-
1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	95.767.600,00	-	104.015.835,00	-	109.500.411,31	-	116.165.440,10	-
1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	95.602.900,00	-	103.587.835,00	-	109.042.451,31	-	115.675.422,90	-
1.7.2.1.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	53.952.900,00	-	59.289.835,00	-	61.643.591,31	-	64.958.642,70	-
1.7.2.1.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	24.200.000,00	-	25.787.001,00	-	27.592.090,00	-	29.523.536,30	-
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM	24.000.000,00	-	25.680.001,00	-	27.477.600,00	-	29.401.032,00	-
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO ITR	100.000,00	-	107.000,00	-	114.490,00	-	122.504,30	-
1.7.2.1.01.99.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.1.22.00.00.00	TRANSF.COMP.FINANC.P/EXPLORAÇÃO REC.NAT.	231.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.1.33.00.00.00	TRANSF.REC.DO SUS-REPASSES FUNDO A FUNDO	27.000.000,00	-	30.569.001,00	-	30.912.300,00	-	32.076.161,00	-
1.7.2.1.34.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS	309.300,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.1.35.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE	1.461.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSF.FINANC.ICMS DESONERAÇÃO L.C.87/96	300.000,00	-	321.000,00	-	343.470,00	-	367.512,90	-
1.7.2.1.99.00.00.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	451.600,00	-	2.612.833,00	-	2.795.731,31	-	2.991.432,50	-
1.7.2.2.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS	29.450.000,00	-	31.244.000,00	-	33.431.080,00	-	35.771.255,60	-
1.7.2.2.01.00.00.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DOS ESTADOS	29.414.000,00	-	31.244.000,00	-	33.431.080,00	-	35.771.255,60	-
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	23.000.000,00	-	24.610.000,00	-	26.332.700,00	-	28.175.989,00	-
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	5.700.000,00	-	6.099.000,00	-	6.525.930,00	-	6.982.745,10	-
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	500.000,00	-	535.000,00	-	572.450,00	-	612.521,50	-
1.7.2.2.01.13.00.00	COTA-PARTE DA CIDE	214.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.2.22.00.00.00	TRANSF.COTA-PARTE COMPENSAÇÃO FINANC.25%	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.2.22.30.00.00	COTA-PARTE ROYALTIES-COMP.F.P/PROD.PETR.	3.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.2.33.00.00.00	TRANSF.REC.EST.P/PROGR.SAÚDE-REP.FUNDO A	33.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.2.33.02.00.00	Programa Saúde da Família Estadual	33.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.200.000,00	-	13.054.000,00	-	13.967.780,00	-	14.945.524,60	-
1.7.2.4.01.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDEF	12.200.000,00	-	13.054.000,00	-	13.967.780,00	-	14.945.524,60	-
1.7.3.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.3.0.00.99.00.00	OUTRAS TRANSF. DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	50.000,00	-	-	-	-	-	-	-

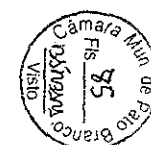
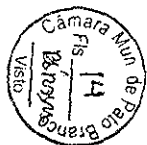


Prefeitura Municipal de Pato Branco - PR
Plano Plurianual
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação		Receitas Previstas							
		2010		2011		2012		2013	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
1.7.3.0.00.99.01.00	Doações ao FIA Criança e Adolescente	50.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.7.6.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	114.700,00	-	428.000,00	-	457.960,00	-	490.017,20	-
1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12.550.670,00	-	6.704.710,95	-	7.174.040,72	-	7.676.223,57	-
1.9.1.0.00.00.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA	1.740.000,00	-	267.500,00	-	286.225,00	-	306.260,75	-
1.9.2.0.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	230.000,00	-	128.400,00	-	137.388,00	-	147.005,16	-
1.9.3.0.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	9.585.370,00	-	5.452.810,95	-	5.834.507,72	-	6.242.923,26	-
1.9.3.1.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	9.585.370,00	-	5.452.810,95	-	5.834.507,72	-	6.242.923,26	-
1.9.9.0.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	995.300,00	-	856.000,00	-	915.920,00	-	980.034,40	-
Receitas de capital									
2.0.0.0.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-
2.2.0.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Total de receitas		133.127.285,00	-	136.199.401,00	-	143.936.828,00	-	153.012.405,96	-
Deduções da receita									
Restituição		10.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.1.1.2.02.00.00.00	IPTU	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Descontos Concedidos		10.000,00	-	-	-	-	-	-	-
1.1.1.2.02.00.00.00	IPTU	10.000,00	-	-	-	-	-	-	-
FUNDEB		10.720.000,00	-	11.470.400,00	-	12.273.328,00	-	13.132.460,96	-
1.7.2.1.01.02.00.00	COTA-PARTE DO FPM	4.800.000,00	-	5.136.000,00	-	5.495.520,00	-	5.880.206,40	-
1.7.2.1.01.05.00.00	COTA-PARTE DO ITR	20.000,00	-	21.400,00	-	22.898,00	-	24.500,86	-
1.7.2.1.36.00.00.00	TRANSF.FINANC.ICMS DESONERAÇÃO L.C.87/96	60.000,00	-	64.200,00	-	68.694,00	-	73.502,58	-
1.7.2.2.01.01.00.00	COTA-PARTE DO ICMS	4.600.000,00	-	4.922.000,00	-	5.266.540,00	-	5.635.197,80	-
1.7.2.2.01.02.00.00	COTA-PARTE DO IPVA	1.140.000,00	-	1.219.800,00	-	1.305.186,00	-	1.396.549,02	-
1.7.2.2.01.04.00.00	COTA-PARTE DO IPI SOBRE EXPORTAÇÃO	100.000,00	-	107.000,00	-	114.490,00	-	122.504,30	-
Total das Deduções		10.740.000,00	-	11.470.400,00	-	12.273.328,00	-	13.132.460,96	-
Total Líquido das Receitas		122.387.285,00	-	124.729.001,00	-	131.663.500,00	-	139.879.945,00	-



TOTAL DAS RECEITAS



ESPECIFICAÇÃO - Portaria STN 248/2003	PREVISÃO		
	2009	2010	2011
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	91.448.349,00	133.127.285,00	136.199.401,00
Receitas Tributárias	13.165.000,00	20.116.000,00	20.296.830,00
Impostos	10.565.000,00	16.420.000,00	16.342.110,00
Taxas	2.500.000,00	3.596.000,00	3.847.720,00
Contribuição de Melhoria	100.000,00	100.000,00	107.000,00
Receitas de Contribuições	2.230.500,00	2.878.215,00	2.919.190,05
Contribuições Sociais	25.500,00	150.000,00	358.863,00
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Ativo Militar	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Civil	-	-	-
Contribuição de Servidor Inativo Militar	-	-	-
Contribuição de Pensionista Civil	-	-	-
Contribuição de Pensionista Militar	-	-	-
Contribuições Previdenciárias do Regime Geral	-	-	-
Compensação Previdenciária entre Regime Geral e os RPPS	-	-	-
Outras Contribuições Previdenciárias	25.500,00	150.000,00	358.863,00
Contribuições Econômicas	2.205.000,00	2.728.215,00	2.560.327,05
Receita Patrimonial Líquida	418.950,00	933.000,00	998.310,00
Receita Patrimonial	418.950,00	933.000,00	998.310,00
Receitas Imobiliárias	157.500,00	200.000,00	400.310,00
Receitas de Valores Mobiliários	261.450,00	733.000,00	598.000,00
Receitas de Concessões e Permissões	-	-	-
Compensações Financeiras	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
(-) Aplicações Financeiras	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-
Receita de Serviços	800.000,00	931.800,00	997.026,00
Transferências Correntes	69.060.814,00	95.717.600,00	104.283.334,00
Transferências Intergovernamentais	68.905.814,00	95.602.900,00	103.855.334,00
Transferências da União	37.000.000,00	53.952.900,00	59.289.834,00
Participações na Receita da União	37.000.000,00	53.952.900,00	59.289.834,00
Demais Transferências da União	-	-	-
Transferências dos Estados	25.639.729,00	29.450.000,00	31.511.500,00
Participações na Receita do Estado	25.639.729,00	29.450.000,00	31.511.500,00
Outras Receitas do Estado	-	-	-
Demais Transferências do Estado	-	-	-
Transferências dos Municípios	6.266.085,00	12.200.000,00	13.054.000,00
Transferências do FUNDEF	6.266.085,00	12.200.000,00	13.054.000,00
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Convênios	155.000,00	114.700,00	428.000,00
Demais Transferências Correntes	-	-	-
Outras Receitas Correntes	5.773.085,00	12.550.670,00	6.704.710,95
Multas e Juros de Mora	250.000,00	1.740.000,00	267.500,00
Indenizações e Restituições	7.000,00	230.000,00	128.400,00
Receita da Dívida Ativa	5.096.085,00	9.585.370,00	5.452.810,95
Receita da Dívida Ativa Tributária	5.096.085,00	9.585.370,00	5.452.810,95
Receita da Dívida Ativa Não Tributária	-	-	-
Receitas Diversas	420.000,00	995.300,00	856.000,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	100.000,00	100.000,00	-
Operações de Crédito (III)	-	-	-
Alienação de Bens (IV)	100.000,00	100.000,00	-
Amortização de Empréstimos (V)	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências Instituições Privadas	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-
Transferências de Convênios	-	-	-
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	91.448.349,00	133.127.285,00	136.199.401,00
TOTAL	91.548.349,00	133.227.285,00	136.199.401,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

NOTA EXPLICATIVA: Esse quadro visa demonstrar o total da receita prevista, para tanto, deve-se considerar as seguintes deduções para formação do FUNDEF em cada exercício: 2010: R\$ 10.740.000,00; 2011: R\$ 11.470.400,00.





Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Ofício nº 778/2009

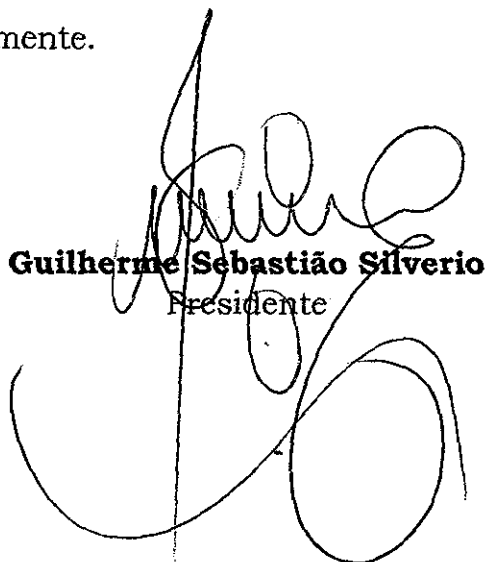
Pato Branco, 18 de dezembro de 2009.

Senhor Prefeito:

Enviamos cópia do **PROJETO DE LEI Nº 227/2009, MENSAGEM Nº 175/2009**, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco para o exercício financeiro de 2010, devidamente aprovado por este Legislativo, **com emendas**, nas sessões extraordinárias realizadas nos dias 15 e 18 de dezembro de 2009.

Encaminhamos fotocópia das emendas aprovadas, paginadas de 1 a 36, as quais deverão ser incorporadas ao Anexo do presente projeto de lei.

Atenciosamente.


Guilherme Sebastião Silverio
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Roberto Viganó
Prefeito Municipal
Pato Branco – Paraná



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 227/2009

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2010, nos termos do art. 165 parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal L.C. nº 101/00 e Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo:

I – o orçamento fiscal;

II – o orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

SEÇÃO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita total estimada compreende os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO.

1.1. RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária.....	20.116.000,00
Receita de Contribuições.....	2.728.215,00
Receita Patrimonial.....	933.000,00
Receita de Serviços.....	931.800,00
Transferências Correntes.....	95.767.600,00
Outras Receitas Correntes.....	12.550.670,00
(-) Dedução – Restituições.....	-10.000,00
(-) Dedução-Descontos Concedidos.....	-10.000,00
(-) Dedução para o FUNDEF.....	-10.720.000,00
SOMA.....	122.287.285,00

1.2. RECEITAS DE CAPITAL

Alienação de Bens.....	100.000,00
SOMA.....	100.000,00
TOTAL.....	122.387.285,00



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



§ 2º A legislação e os resumos das receitas estão demonstrados na forma do que dispõe o Anexo I.

SEÇÃO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º As despesas do Orçamento Fiscal, do Município de Pato Branco e da Companhia de Mineração de Pato Branco, estão fixadas em R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

I – o orçamento fiscal.....	122.187.285,00
II – o orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco	200.000,00
TOTAL.....	122.387.285,00

Art. 4º O resumo geral da despesa será demonstrado na forma do Anexo II.

SEÇÃO III DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º As receitas estão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2009 (base de correção relativa a 30 de junho de 2009).

§ 1º As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras estão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2009.

§ 2º. Os valores das receitas e despesas poderão ser atualizados no decorrer da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

SEÇÃO IV DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS E AJUSTES NAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe a, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio, destinar os recursos estabelecidos no Art. 9º da Lei Municipal nº 3.201/09, programados na dotação orçamentária 05.06.99.9999999.2.999, elemento de despesa 9.9.99.99.99 - Reserva de Contingência, à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais e os consignados no elemento de despesa 9.9.99.99.99 – Reserva de Contingência, à abertura de créditos adicionais, atendidas as formas estabelecidas na forma do artigo 7º, desta lei.

Art. 7º Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2010, no que couber:

I – Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programadas em outras despesas correntes e de capital custeadas com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre fontes de recurso no mesmo Projeto ou Atividade.

II - As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

III – A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF.

Art. 8º Fica Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2010, até o limite de 20% (vinte por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários para atender despesas com publicidade de serviços, obras e campanhas, programação financeira – 3.3.90.39.88, até o limite de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) anuais.

Art. 10. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.

SEÇÃO V DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art. 11. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar Federal n.º 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Municipal nº 3.201/09 podendo, para tanto, realizar operações de crédito por antecipação da receita, observadas às normas legais vigentes.

Art. 12. No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei, o Poder Executivo estabelecerá a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso.

SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, disponibilizará e encaminhará à Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento de Despesa, especificando, por projeto/atividade, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos Fiscal e próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco S.A.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

Art. 14. A compatibilidade da programação orçamentária com as metas financeiras definidas na Lei nº 3.201/09 esta demonstrada no Anexo III;

Art. 15. A relação dos precatórios judiciais apresentados até o dia 1º de julho do corrente exercício, cuja programação esta orçada na dotação 05.06.28.843.0016.0.002 elemento de despesa 46.90.91 para os precatórios inscritos em dívida fundada e 05.06.28.846.0016.0.003 elemento de despesa 31.90.91 esta demonstrada no Anexo IV.

Art. 16. As origens e aplicações dos recursos seguridade social destinadas ao atendimento dos serviços da saúde, previdência e assistência social, cujo detalhamento constará das programações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria Municipal de Assistência Social, estão sintetizadas nos Anexos V, VI e VII.

Art. 17. Esta Lei contempla recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observados a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º. Os programas de assistência social que contemplem fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão ser autorizados por meio de lei específica.

§ 4º. Ficam vedadas emendas e alterações a presente Lei, que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.

DIÁRIO DO SUDOESTE

REDE DIÁRIOS DO PARANÁ

QUARTA-FEIRA, 30 DE DEZEMBRO DE 2009 | ANO XXIV | NÚMERO 4770 | EDIÇÃO REGIONAL |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO - ESTADO DO PARANÁ
LEI Nº 3.307, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2009

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Pato Branco, para o exercício financeiro de 2010.

A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2010, nos termos do art. 166 parágrafo 5º da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal L.C. nº 101/00 e Lei de Diretrizes Orçamentárias, compreendendo:

I - o orçamento fiscal;

II - o orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco.

SEÇÃO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º A Receita total estimada compreende os orçamentos mencionados nos incisos I e II do artigo anterior, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente de acordo com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS DO ORÇAMENTO FISCAL E DA COMPANHIA DE MINERAÇÃO DE PATO BRANCO.

1.1. RECEITAS CORRENTES

Receita Tributária	19.822.000,00
Receita de Contribuições	2.728.215,00
Receita Patrimonial	933.000,00
Receita de Serviços	1.225.800,00
Transferências Correntes	95.767.600,00
Outras Receitas Correntes	12.550.670,00
(-) Dedução - Restituições	-10.000,00
(-) Dedução-Descontos Concedidos	-10.000,00
(-) Dedução para o FUNDEF	-10.720.000,00
SOMA	122.387.285,00

1.2. RECEITAS DE CAPITAL

Alienação de Bens	100.000,00
SOMA	100.000,00
TOTAL	122.387.285,00

§ 2º A legislação e os resumos das receitas estão demonstrados na forma do que dispõe o Anexo I.

SEÇÃO II
DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 3º As despesas do Orçamento Fiscal, do Município de Pato Branco e da Companhia de Mineração de Pato Branco, estão fixadas em R\$ 122.387.285,00 (cento e vinte e dois milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e oitenta e cinco reais).

I - o orçamento fiscal	122.187.285,00
II - o orçamento da Companhia de Mineração de Pato Branco	200.000,00
TOTAL	122.387.285,00

Art. 4º O resumo geral da despesa será demonstrado na forma do Anexo II.

SEÇÃO III
DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º As receitas estão estimadas e as despesas fixadas segundo preços vigentes em 1º de julho de 2009 (base de correção relativa a 30 de junho de 2009).

§ 1º As despesas custeadas com financiamentos em moedas estrangeiras estão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 2009.

§ 2º Os valores das receitas e despesas poderão ser atualizados no decorrer da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor, considerado no período de julho (inclusive) ao mês imediatamente anterior ao da correção.

§ 3º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta Lei e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal, para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

SEÇÃO IV
DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS E AJUSTES NAS PROGRAMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado, no que lhe cabe a, no decurso da execução orçamentária, mediante edição de ato próprio, destinar os recursos estabelecidos no Art. 9º da Lei Municipal nº. 3.201/09, programados na dotação orçamentária 05.06.99.9999.2.999, elemento de despesa 9.9.99.99.99 - Reserva de Contingência, à cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais e os consignados no elemento de despesa 9.9.99.99.99 - Reserva de Contingência, à abertura de créditos adicionais, atendidas as formas estabelecidas na forma do artigo 7º desta Lei.

Art. 7º Visando adequar as estruturas do orçamento-programa às necessidades técnicas decorrentes da execução das metas físicas e fiscais, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do total do orçamento, por meio de ato próprio, na medida das necessidades, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2010, no que couber:

I - Por meio da abertura de crédito adicional suplementar, ajustar os valores das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de pessoal e encargos sociais e ao pagamento de encargos e do principal da dívida pública e, desde que tecnicamente justificado, os valores programados em outras despesas correntes e de capital custeadas com recursos do tesouro municipal e de outras fontes, utilizando como recursos as formas previstas no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, bem como compensação entre fontes de recurso no mesmo Projeto ou Atividade.

II - As autorizações contempladas neste artigo são extensivas a dotações orçamentárias consignadas ao Poder Legislativo e as programações orçamentárias dos fundos e do órgão da administração indireta.

III - A, transferir, remanejar ou transferir, total ou parcialmente, recursos orçamentários de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF.

Art. 8º Fica o Poder Legislativo autorizado, por meio de ato próprio, a alterar a programação orçamentária fixada para o exercício de 2010, até o limite de 20% (vinte por cento) do total do seu orçamento, através da abertura de créditos adicionais suplementares.

Art. 9º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos orçamentários para atender despesas com publicidade de serviços, obras e campanhas, programação financeira - R\$ 3.390.39,88, até o limite de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) anuais.

Art. 10. A contratação, prorrogação e composição de dívidas confessadas, de operação de crédito e de operações de crédito por antecipação da receita dependem de lei autorizativa específica, observadas as normas que disciplinam a matéria.

SEÇÃO V DA EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art. 11. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da Receita, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000, do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

e da Lei Municipal nº 3.201/09 podendo, para tanto, realizar operações de crédito por antecipação da receita, observadas as normas legais vigentes.

Art. 12. No prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da presente Lei, o Poder Executivo estabelecerá a Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso.

SEÇÃO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da Lei Orçamentária, disponibilizará e encaminhará à Câmara Municipal, os Quadros de Detalhamento da Despesa, especificando, por projetividade, os elementos de despesa e os respectivos desdobramentos dos orçamentos Fiscal e próprio da Companhia de Mineração de Pato Branco S.A.

Art. 14. A compatibilidade da programação orçamentária com as metas financeiras definidas na Lei nº 3.201/09 esta demonstrada no Anexo III.

Art. 15. A relação dos precatórios judiciais apresentados até o dia 1º de julho do corrente exercício, cuja programação esta orçada na dotação 05.06.28.843.0018.0.002 elemento de despesa 48.90.91 para os precatórios inscritos em dívida fundada e 05.06.28.846.0016.0.003 elemento de despesa 31.90.91 esta demonstrada no Anexo IV.

Art. 16. As origens e aplicações dos recursos seguridade social destinadas ao atendimento dos serviços de saúde, previdência e assistência social, cujo detalhamento constará das programações orçamentárias da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e da Secretaria Municipal de Assistência Social, estão sintetizadas nos Anexos V, VI e VII.

Art. 17. Esta Lei contempla recursos para concessão de auxílios, transferências e subvenções a pessoas físicas e jurídicas, visando à promoção e desenvolvimento de ações de caráter assistencial, social, médico, educacional, cultural, esportivo e agrícola, em suplementação aos recursos de origem privada aplicados a esses objetivos.

§ 1º. Para consecução do proposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas interessadas na parceria, observadas a existência de lei autorizatória específica e o disposto nos artigos 16 a 19 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º. Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

§ 3º. Os programas de assistência social que contemplam fornecimento de remédios, cestas básicas, passagens, serviços e auxílios funerários e a cobertura de outras necessidades de pessoas físicas, deverão ser autorizados por meio de lei específica.

§ 4º. Ficam vedadas emendas e alterações a presente Lei, que identifiquem instituições privadas a serem beneficiadas com transferências, auxílios e subvenções econômicas ou sociais, observadas as normas da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pato Branco, 28 de dezembro de 2009.
DANIEL GATTANI
Prefeito Municipal em Exercício



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



PROJETO DE LEI Nº 227/2009

MENSAGEM Nº: 175/2009

RECEBIDA EM: 30 de setembro de 2009

Nº DO PROJETO: 227/2009

SÚMULA: Estima a receita e fixa a despesa do Município de Pato Branco para o exercício financeiro de 2010.

(Lei Orçamentária Anual – LOA – Orçamento 2010 – Proposta Orçamentária. No valor de R\$ 122.387.285,00).

AUTOR: Executivo Municipal

LEITURA EM PLENÁRIO: 30 de setembro de 2009

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 11 de novembro de 2009

RELATOR: Valmir Tasca - DEM

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM: 23 de novembro de 2009.

VOTAÇÃO SIMPLES

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 11/2009, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2009

PRIMEIRA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 15 de dezembro de 2009

Aprovado com 9 (nove) votos, com emendas.

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PR, Claudemir Zanco – PPS, Laurindo Cesa – PSDB, Luiz Augusto Silva – DEM, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12/2009, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009

SEGUNDA VOTAÇÃO REALIZADA EM: 18 de dezembro de 2009

Aprovado com 7 (sete) votos e 2 (duas) ausências.

Votaram a favor: Arilde Terezinha Brum Longhi – PR, Laurindo Cesa – PSDB, Nelson Bertani – PDT, Osmar Braun Sobrinho – PR, Valmir Tasca – DEM, Vilmar Maccari – PDT e William Cezar Pollonio Machado – PMDB.

Ausentes, os vereadores: Claudemir Zanco – PPS e Luiz Augusto Silva – DEM.

Aprovado com emendas de autoria dos vereadores.

ENVIADO AO EXECUTIVO EM: 18 de dezembro de 2009

ATRAVÉS DO OFÍCIO Nº: 778/2009

Lei nº 3307, de 28 de dezembro de 2009

PUBLICADA: Jornal Diário do Sudoeste – Edição nº 4770, do dia 30 de dezembro de 2009